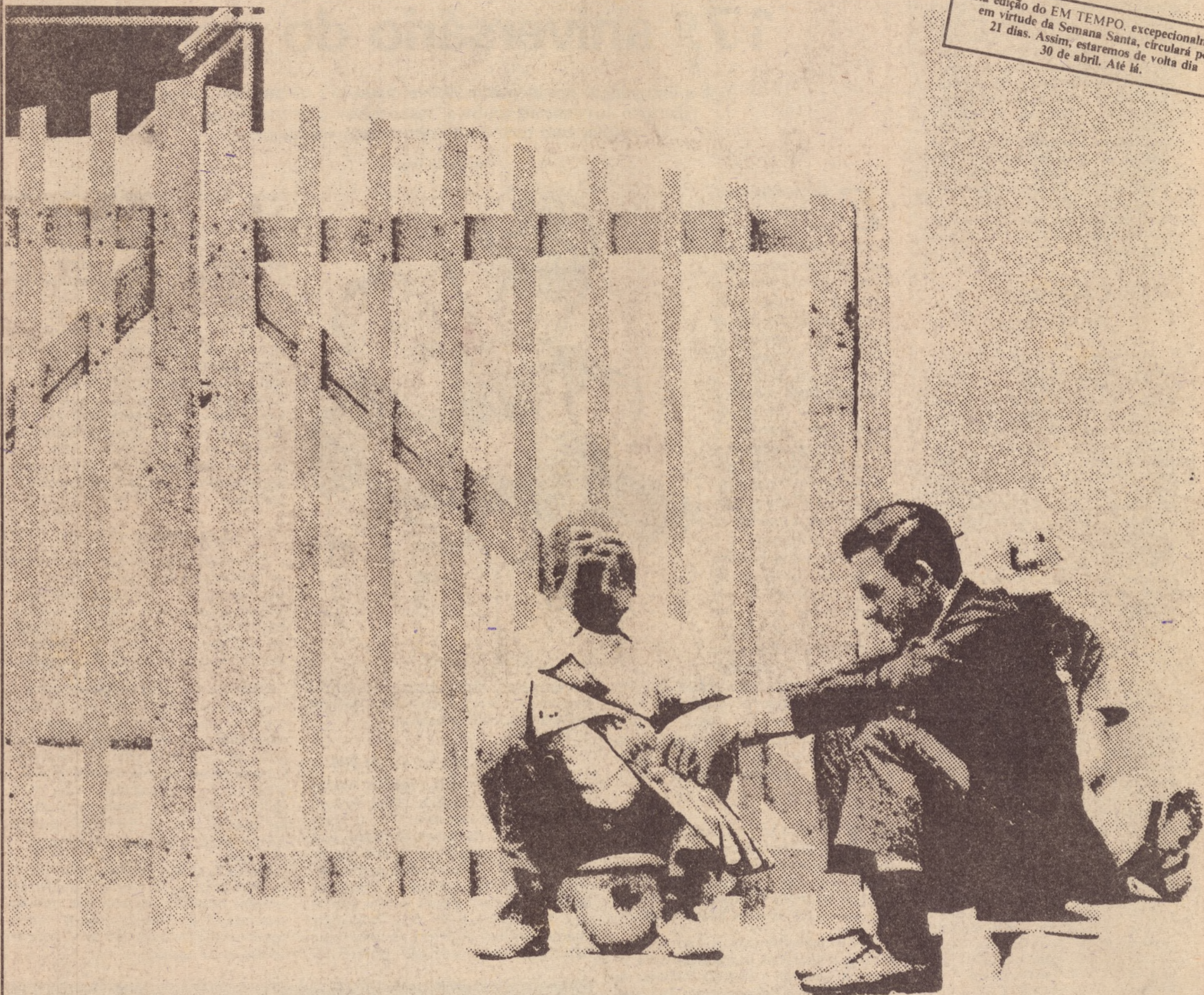


EM TEMPO

- PT: O partido se depura
- Campo: A LSN ataca
- Mulher: O assassinato de Eliane
- Lula: A campanha salarial

Quinzenário Nacional • Nº 126 • Ano IV • 9 a 29 de abril de 1981 • Cr\$ 40,00

Esta edição do EM TEMPO, excepcionalmente em virtude da Semana Santa, circulará por 21 dias. Assim, estaremos de volta dia 30 de abril. Até lá.



DESEMPREGO

Como enfrentar esta chantagem dos patrões

Mais LSN no povo

Em Juiz de Fora, por causa de uma nota de protesto pela condenação na Auditoria Militar da cidade do Prof. David Maximiliano de Souza, 16 pessoas estão respondendo a processo com base na Lei de Segurança Nacional, por desrespeito à autoridade. O "desrespeito": a nota qualificava a Justiça Militar de maleável, por ter mudado de posição sobre o relaxamento da prisão preventiva de David. O motivo real, no entanto, é espalhar o temor na oposição da cidade e, ao que tudo indica, impedir candidaturas de oposição fortes. Das 16 pessoas, 12 são do PT, inclusive Paulo Deizgado, da Comissão Diretora Estadual Provisória. No próximo dia 22 terá início o interrogatório e seguirá o processo que pode condenar algumas das figuras mais populares da oposição juizforana.

OAB mais moderada

O novo presidente recém eleito para a direção da OAB, Bernardo Cabral, ao que tudo indica levará sua gestão em linhas políticas mais moderadas do que foi o período de seu antecessor, Seabra Fagundes. Poucos dias depois da posse, Cabral, declarou agora nesta semana que sua gestão à frente da Ordem será marcada pelo "desejo de um amplo diálogo nacional", ao mesmo tempo em que aceitava a necessidade de uma lei de segurança nacional, ainda que em padrões mais brandos do que a atual. Seabra Fagundes falava de Constituinte e revogação da LSN, além de ter se marcado por uma postura combativa frente às omissões das autoridades na investigação do terrorismo.

CPIs quase parando

O PDS continua boicotando qualquer possibilidade de investigação na CPI da corrupção. Desta vez, vetou a convocação do ministro das Comunicações para falar sobre as orgias na Empresa de Correios e Telégrafos depois que o presidente da empresa, cinicamente, se negou a dar explicações para a extravagante festa promovida por sua gestão.

Enquanto isso, na CPI do terror o PDS prossegue vetando a convocação de autoridades omissas nas investigações sobre os atentados. E, à luz das declarações de certos generais, os deputados governistas estão agora tentando fazer da CPI um palco para a discussão de uma legislação anti-terror, como se o problema do combate ao terrorismo fosse de falta de leis.

Eleição 82 já assusta PDS

Poucos meses depois do adiamento das eleições de 15 de novembro do ano passado e ainda há mais de um ano das promessas eleitorais de 82, o PDS já se assanha em torno à tese da prorrogação dos mandatos e conseqüente adiamento das eleições do ano que vem. Temerosos de perder seus mandatos ou não fazer seus sucessores, parlamentares e governadores do PDS lançaram na semana passada esta proposta ao clássico estilo balão de ensaio. Os porta-vozes do Planalto tentaram desmentir qualquer caráter oficial da proposta, mas o próprio líder do governo na Câmara, deputado Cantídio Sampaio, se negou a assinar um termo de compromisso articulado pela oposição condenando a prorrogação e negando, em qualquer hipótese, apoio a mais este golpe.

A direita assanhada pela impunidade
Terroristas festejam o
17.º aniversário do golpe

Sob a impunidade dos atentados do ano passado e estimulados com o discurso dos generais contra o "revanchismo", os terroristas voltam com uma desenvoltura cada vez maior.

Por Maura Veiga

Eles sempre ocorrem, e sempre ficaram impunes. E, a partir do ano passado, se intensificaram. Primeiro, foram os jornalistas ameaçados, depois as explosões de bancas que vendiam os jornais da imprensa alternativa. Ai, ocorreu a explosão fatal, a bomba na OAB, no Rio de Janeiro, que matou D. Lida, feriu algumas pessoas, e deixou um "bode-expiatório" para tudo, James Waters, acusado de ser o mentor de todos os atentados.

Agora, passaram sete meses da morte de D. Lida, e próximo às comemorações do golpe militar de 31 de março, os atentados voltam com maior vigor e ousadia. E, para variar, a impunidade dos responsáveis permanece: os grupos direitistas para-militares, cujos vínculos com os órgãos de repressão do regime são cada vez mais evidentes, exceto para as autoridades militares e policiais.

Mais uma vez, os atentados foram dirigidos aos setores da oposição. Passaram pela **Tribuna da Imprensa**, pela casa do deputado federal do PMDB, Marcelo Cerqueira, pela sede regional do PT em São Paulo, e outros.

Os atentados primam por tal sofisticação e aparelhamento que podem se dar ao luxo de estourar a sede da **Tribuna da Imprensa**, que é próxima tanto da Secretaria de Segurança Pública do Rio, como do 13º Batalhão da PM. O Exército teve que admitir, inclusive, que o equipamento utilizado não só é de tecnologia avançada e importada, como está sob seu rígido controle!?!?

Mas apesar disso, as autoridades policiais e militares continuam a dizer que é muito difícil se chegar aos responsáveis, pois as pistas são poucas.

A reação da oposição foi passar a exigir com veemência a apuração das responsabilidades. E todos começaram, a uma só voz, apontando os verdadeiros responsáveis: os grupos de direita, pára-militares, ligados ao DOI-CODI — a ferida que o regime não quer tocar.

Hélio Fernandes, diretor da **Tribuna da Imprensa**, e Marcelo Cerqueira acusaram o DOI-CODI com firmeza, deixando claro que, enquanto as autoridades não voltarem seus olhos para lá, de nada adiantarão as investigações. E deputados, até do PDS, passaram a dizer que se os



responsáveis não forem encontrados e punidos, em breve, a malfadada abertura política estará comprometida.

As vítimas são os culpados

As autoridades civis e militares, ligadas ao governo, lamentaram, como de sempre, os recentes atentados. Porém, aproveitando o 31 de março, tornaram seus discursos mais radicais, dirigindo sua ira às lideranças de esquerda e populares, afirmando que não aceitarão nenhum tipo de "revanchismo". Como disse o general José Luiz Coelho, em Belo Horizonte: "nada nos fará esquecer os males que causaram, os crimes que cometeram

contra pessoas, instituições e à própria Nação". E, como ele, outros tantos fizeram virulentos ataques aos ex-presos e ex-exilados políticos, colocando-os como os responsáveis dos grandes males do país nos últimos anos. Deixaram, também, nas entrelinhas de seus discursos, o recado de que a democracia dos generais não contempla os trabalhadores e as suas diversas correntes de opinião. A ameaça culminou com o general Ferraz Rocha, defendendo agora a formulação de uma lei anti-terror. Contra quem que, é que ele não explica. Enquanto isso, no lado civil, o ministro Abi Acel não atacava ninguém, saindo em suspeita defesa dos DOI-CODI, isentando-os dos atentados, com o frágil argumento de que não existem provas para isso.

Um silêncio suspeito

O mais estranho, até agora, é o silêncio do presidente. No máximo se pautou pelos lamentos e promessas costumeiros de que tudo será esclarecido, embora não dissesse quando e como. Que a abertura irá continuar, e que nela não há espaço para os radicais de direita e de esquerda.

O certo é que tanto a esquerda como os trabalhadores até agora não tiveram espaço nessa abertura, ao contrário, continuam a ser perseguidos. A abertura pode até continuar, mas seus caminhos estão estreitamente traçados pelo Planalto e solidamente guardados pelos DOI-CODI ajudados por bombas explodindo na oposição, e nas barbas da polícia incompetente... para isso, naturalmente.

Como disse um militar: "nem tudo é um mar de rosas, os atentados podem até retardar os ritmos da abertura, mas ela prosseguirá". É, pode ser verdade, mas os espinhos só sobraram, até gora, para as oposições ao regime.

As "comemorações" pelo 1964

Antes, durante e depois da data do golpe, uma semana onde o terror fez o que bem quis.

- 27/03 - A sede da **Tribuna da Imprensa**, no Rio de Janeiro, é invadida por cerca de 15 homens, encapuçados e motorizados que imobilizam 11 trabalhadores do jornal e colocam várias bombas que explodem, destruindo a gráfica do jornal.
- 30/03 - A sede regional do PT de São Paulo é invadida e tem parte do seu material roubado e danificado.
- 01/04 - A casa do deputado federal do PMDB, Marcelo Cerqueira, no Rio de Janeiro, tem a varanda, janelas e móveis danificados por bombas que foram atiradas do jardim. Na casa, se encontram a

- mulher do deputado, sua filha de 5 anos e a empregada.
- 03/04 - Bombas são colocadas nas dependências das Artes Gráficas Americana, no Rio de Janeiro, destruindo parcialmente suas instalações e ferindo dois empregados.
- 05/04 - Pela terceira vez, o Centro de Estudos do Trabalho — CET —, em Belo Horizonte, é invadido e suas instalações são queimadas. Com mais este, elevam-se a 41 o número de atentados em Minas Gerais nos últimos anos.

O partido vive uma crise?

Porque certos militantes estão deixando o PT

Por Raul Pont (*)

Nas últimas semanas a grande imprensa dos patrões tem deitado e rolado em cima das diferenças internas do PT que, em certos estados, resultaram no desligamento de alguns militantes. Para o leitor comum, que nunca é informado por esta imprensa do outro lado das lutas e vitórias do partido, a impressão que fica é de que o PT estaria vivendo uma grave crise, no momento crucial

de sua legalização. Sobretudo se se tem em conta as notícias ainda recentes da condenação de Lula e demais dirigentes sindicais, e os resultados aparentes da campanha salarial que os patrões puderam colher este ano no ABC, depois da brutal repressão sobre os metalúrgicos da região.

Por um lado, não deixa de ser ruim para qualquer partido perder militantes. Mas por

outro o que há de importante e fundamental é que estas "crises" e a saída destes militantes se dão exatamente porque o partido, apesar de toda sorte de pressões que tem sofrido, não se curvou ao papel de um partido confiável para a ditadura dos patrões e seguro para os oportunistas de várias roupagens. E é por isso mesmo, que não há como falar de crise mas sim de consolidação do PT.

Depois da saída de um importante grupo de militantes do PT da Paraíba (entre os quais um membro da direção nacional do Partido, Wanderli Farias), e de outros militantes em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e no Pará, é a vez do deputado Nelson Aguiar (único representante do PT na Assembléia Legislativa do Espírito Santo) anunciar seu desligamento do Partido (ver ao lado). E especula-se ainda com um possível desligamento de outros deputados, como João Cunha, federal de São Paulo.

De qualquer maneira, é pouco provável que os casos de desligamento estejam encerrados: até que o PT se consolide e defina melhor seu perfil, muita água ainda vai passar debaixo da ponte.

Apesar de que as situações são diferentes, é importante que tentemos compreender o problema no seu conjunto: por que o PT estaria passando agora por uma situação na qual grupos diversos e com posições muito diferentes resolvem sair? De onde vêm estas forças centrífugas?

A nota distribuída pela direção nacional do PT (EM TEMPO, nº 125) não esclarece toda a questão. Fala, corretamente sem dúvida, que os companheiros que se afastaram na Paraíba tinham grandes divergências: "lutam contra a organização política autônoma dos trabalhadores", o que é comprovado pela incorporação deles ao PMDB, definido como partido de "liberais de peso". Mas como, com esta concepção, esses companheiros puderam ser eleitos para a direção nacional?

Crescimento e diluição

A chave para compreendermos esta confusão atual está no desenvolvimento do PT por volta do Encontro Nacional de junho de 1980.

O PT vinha se formando, durante o ano de 1979, impulsionado pela vanguarda do movimento sindical brasileiro, e com a participação de setores independentes, e ainda de correntes de esquerda que se identificaram desde o início com a proposta. Apesar das grandes diferenças existentes entre estes componentes, havia acordo numa questão: o que fazíamos era lutar para

construir um partido dos trabalhadores, isto é, um partido que pudesse expressar politicamente os interesses dos trabalhadores, de maneira independente dos partidos da burguesia, que pudesse organizar os trabalhadores e setores populares para a luta contra a ditadura, contra a opressão e a exploração.

Ao mesmo tempo, era levada à frente a reforma partidária do regime. Isto levava a um rearranjo de muita gente. Além disso, a histórica crise da esquerda brasileira vivia momentos importantes, com muita gente buscando coisas novas.

Desta forma, e à medida que a proposta do PT mostrava ter força, vieram aportar no PT novos setores. Em particular, duas correntes:

— parlamentares eleitos pelo antigo MDB que, predominantemente, viam no PT uma espécie de MDB mais à esquerda, mais identificado com os trabalhadores, mas ainda assim fundamentalmente igual ao antigo MDB: uma agremiação política que deveria viver à sombra e em torno do parlamento. E ainda, para alguns dentre estes parlamentares, a organização política autônoma dos trabalhadores não

tinha a menor importância: o que contava eram suas carreiras.

— setores da esquerda para os quais o PT não poderia ser o "verdadeiro partido", mas sim uma frente voltada para a vida parlamentar.

Para estas duas correntes, por razões diferentes, era necessário mudar o projeto do PT, retirar dele o caráter de partido voltado para a organização autônoma dos trabalhadores.

Estes setores promoveram, então, uma enorme campanha, que obteve uma grande repercussão na imprensa, contra os "esquerdistas" do PT, contra aque-

les que "usariam duas camisas" etc. Tinham um objetivo claro: transformar o PT num MDB de esquerda, ou seja, uma espécie de frente parlamentar de esquerda. Para isto é que era importante isolar os defensores mais decididos do "PT mesmo".

No Encontro Nacional de 1980, tiveram uma vitória parcial: puderam compor a direção, em São Paulo e Nacional, excluindo os representantes diretos da esquerda do partido. Mas a vitória foi muito parcial, demonstrando a força da idéia inicial: esse Encontro preservou o fundamental do caráter do PT. Com isso, logo debandaram alguns parlamentares: os irmãos Santillo e Edson Kahir.

Consolidação e depuração

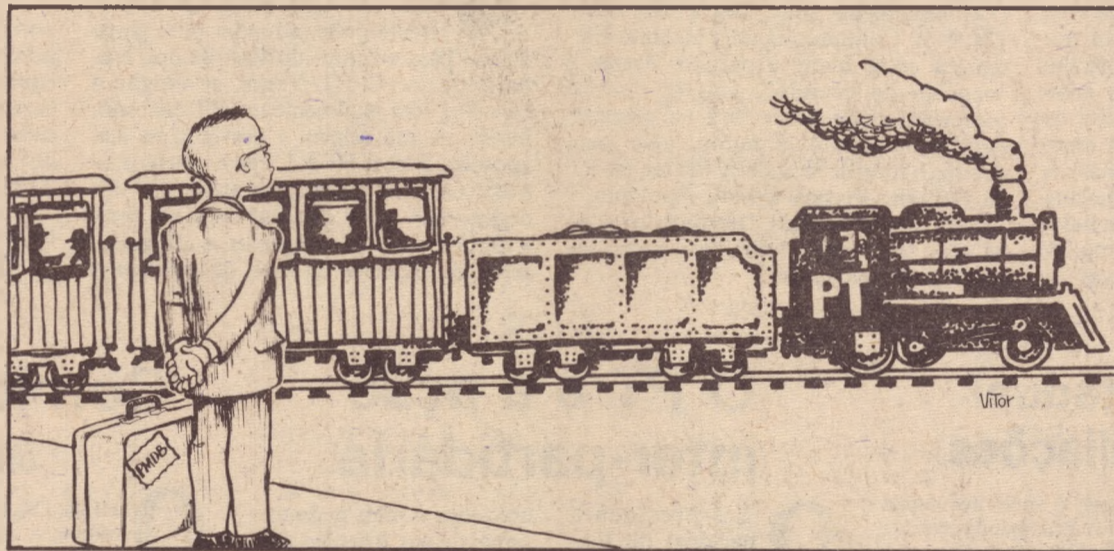
De lá para cá, apesar de todos os problemas, o PT veio aumentando sua definição de ser um partido. Esta foi uma evolução porque passaram seus setores mais expressivos. Com isto, a situação piorou para aqueles que tinham conseguido uma vitória relativa no Encontro.

Além disso, um certo refluxo do movimento de massas mostrou que na consolidação legal do PT ainda teremos de enfrentar muitas dificuldades. Para os pouco entusiasmados com a organização autônoma dos trabalhadores, e mais preocupados com a atividade parlamentar, chegou a hora de pular fora.

Em resumo: o PT passou por duas fases opostas. Numa (por volta do Encontro de 1980) cresceu, sofreu uma forte pressão de setores hostis à sua proposta inicial, e se diluiu um pouco. Noutra (atual), volta a reafirmar seu caráter de partido dos trabalhadores, e perde parte dos setores que tinham vindo com outras idéias. Este é o sentido geral dos desligamentos. E que ainda devem ocorrer.

Diante disso, é urgente a definição de regras claras de funcionamento. O partido deve cobrar lealdade de todos os militantes. E para ter as melhores condições de fazer isto, as decisões devem obedecer a uma democracia que garanta a expressão de todas as correntes. Esta é a melhor maneira de garantir a unidade.

(*) Raul Pont é presidente do Conselho Editorial do EM TEMPO e vice-presidente do PT do Rio Grande do Sul



Espírito Santo Direção e democracia

Como ponto culminante de um conflito que se arrasta por mais de dois meses, Nelson Aguiar, único representante do PT na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, se desligou do partido no dia 2 de abril.

Esta saída tem características muito diferentes das ocorridas na Paraíba e em outros estados.

A inexistência da direção

A direção regional, no seu conjunto, não foi capaz de fazer nada nos últimos quatro meses. Como resultado desta desarticulação, diminuiu o número de comissões municipais. No campo financeiro, nada se fez, de tal modo que o partido depende quase que somente das doações do deputado.

A inoperância do conjunto da direção regional se somou a um outro problema sério: a sua concepção da democracia interna, do tratamento das divergências, da convivência entre as diversas correntes.

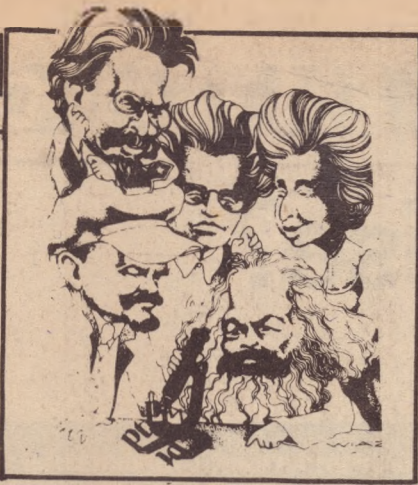
Na eleição da direção estadual, obteve maioria a corrente identificada com o jornal **Companheiro**. Com isso, esta corrente começou a fazer passar sempre as suas posições na direção, levando pouco em conta as correntes minoritárias. Isto esvaziou a direção regional: parte dos seus membros abandonou, parte passou a se dedicar prioritariamente à luta política interna. O prejudicado, evidentemente, foi o partido.

É neste contexto que o deputado Nelson Aguiar se desligou,

desistindo de continuar a discussão nas bases, de tentar reverter a situação. Esta decisão em nada ajuda a resolver o problema, naturalmente.

O caso ainda não se encerrou. Dirigentes de 15 entidades e sindicatos, que igualmente se julgam marginalizados pela corrente majoritária na direção, divulgaram um documento de solidariedade ao deputado e apelando para a sua volta. O próprio presidente regional, Agenor Carneiro, ligado à corrente majoritária, agora tem buscado a reconciliação com Nelson Aguiar.

Mas a volta do deputado parece impossível a esta altura, quando ele próprio já afirma que irá ingressar no PMDB.



“Seja lá como for”, construir o PT-PT!

Por Jorge Baptista (*)

1 — “Em um país onde o proletariado acaba de se pôr em movimento, o primeiro grande passo a ser dado é sempre o da constituição dos trabalhadores em partido político independente, **seja lá como for (...)**”.

O grifo eu grifei, mas o texto acima tem a autoria do principal parceiro de Marx; e isto talvez tenha importância (fazemos votos) para fazer refletir as “correntes de esquerda”. Engels, já em 1886, antecipava crítica a todo tipo de dogmatismo e de burocratismo em matéria de construção partidária. Vale dizer: ele, **não** fecha esquemas, **não** fixa modelos para o papel-carbono. “Seja lá como for” — ele abre o campo para a criação política e organizatória dos trabalhadores, para o que se eleva das “**diferentes situações concretas**”. É isso! O inverso disso, ou seja, doutrinarismo (de esquerda e de direita) que ainda tanto afeta nosso contexto ideológico, não passa de um seguidismo matemático, às vezes fanático, que tenta impor na marra certas regras tomadas como eternas e infalíveis.

2 — O PT cresce e aparece com duas vertentes fundamentais que lhe dão fôlego: **os setores do sindicalismo combativo e as amplas áreas populares da Igreja**. Tais forças terão, no esforço partidário comum, muito a inter-cambiar com as experiências (sofridas) de nossa esquerda. Mas o começo-de-conversa desse intercâmbio reclama um basta de dogmatismo e de burocratismo. E exige um ponto-final nas tentativas de

instrumentalização do PT, um ponto-final nas práticas que encaram o Partido dos Trabalhadores como mero aparelho — ou como “correia de transmissão” de palavras-de-ordem decididas no reduzido reduto deste ou daquele grupo extra-PT.

Hoje, mais que nunca, quando assumimos o duro desafio de realizar a etapa conclusiva para o registro definitivo do PT, temos todos de tudo fazer para evitar o grupismo e o sectarismo. Pois pode-se antever: ou vence o PT ou afundamos todos! Entretanto, o desafio não exclui o debate. Vamos lá!

3 — Apolônio de Carvalho, ao tratar da relação entre as correntes de esquerda e o PT, elabora uma contribuição que vale o quanto pesa (**EM TEMPO**, nº 121, P.7). O companheiro Apolônio, velho de guerra, talvez tenha sido superficial em certos tópicos; mas ele toca o dedo numa ferida fundamental. O ponto exato: ele alerta contra a concepção do PT como frente. E reafirma o PT-Partido, o PT-PT. Isso pode parecer de sobremesa, pode por exemplo “não encher os olhos” de Luis Antônio, de **O Companheiro**. (Ver **EM TEMPO**, nº 124, P.6). Contudo, há uma ululante diferença entre frente e partido. Frente é “negócio de ocasião”, viagem onde o passageiro pode pular fora na primeira esquina — como já pulou, aliás pela direita, o time de Wanderley Farias, ex-PT da Paraíba. Frente, lembra Apolônio, é “acordo tático”, algo “transitório e de alcance limitado”, feito “em torno de objetivos conjunturais”.

Ora, queiram ou não, o PT vai se consolidando como fato histórico, exatamente por delinear-se como “coisa nova” **do presente e do futuro**; ou — se quiserem — alternativa partidária tática e ao mesmo tempo estratégica. Temos razões de **origem**: o PT brota no bojo do próprio movimento social, é produto direto dos trabalhadores em luta por seus interesses e aspirações, é auto-consciência da “vanguarda social” (Gramsci) da classe operária aqui, agora, ao abrir-se a década de 80 no Brasil; é o “primeiro grande passo” do partido forjado **de dentro** da própria luta — no embate de classes, claro. Temos ainda a declarada **vocação do PT**: tornar-se ferramenta política da classe operária (hegemônica) e dos trabalhadores em conjunto, construir-se como partido de massas e de militância popular (núcleos); ser partido comprometido na causa da “liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores” (**Manifesto do PT**).

4 — Então, sendo o PT o que já é, tratá-lo como se fosse simples frente pode redundar num golpe mortal para o futuro do Partido dos Trabalhadores. O PT-frente, se vingar o conceito, será fatalmente um PT castrado, **lesado na sua origem e desviado na sua vocação**. Pois o PT-PT, entre outros propósitos, vem para organizar os não organizados, para estreitar cada vez mais a distância entre dirigentes e dirigidos, para consolidar-se na base, **de baixo para**

cima (não é?). E — portanto — não temos o direito de condená-lo ao controle estrito da frente única e exclusiva dos organizados em seus esquemas próprios, por mais que se proclamem embriões do “verdadeiro partido revolucionário” (!?)

5 — Não se trata de negar, jamais, o direito de existência de articulações, grupos, organizações ou tendências no interior do Partido dos Trabalhadores. Nossa **Democracia Interna** é questão-de-honra, prá valer, prá deixar sangrar todas as tensões.

Entretanto, esses segmentos deverão **situar-se na estrutura própria do PT-Partido**, que comporta desde logo relações na horizontal, na vertical, na diagonal, em todos os sentidos.

Inconcebível, senão hoje, mas daqui a pouco, será a imposição de um centralismo paralelo, extra-PT; pois a democracia do PT não é a “casa da sogra” e necessitará evoluir para um certo tipo de centralização que — esperemos — seja sustentada não pela coerção mas pela real representatividade (hegemonia).

Enquanto isso, vide Lula: “Não sou de esquerda dogmática, não; porque deu certo em determinado lugar, porque Trotsky falava isto e Lênin falava aquilo; não sou isso não, sabe. Sou de esquerda porque às vezes o estômago da classe trabalhadora fala muito mais alto do que muitos livros que se lê” (**EM TEMPO**, nº 124, P. 11).

(*) Jorge Baptista é jornalista, ex-presidente do DCE-UFGM (1966/67) e atualmente milita no PT de Osasco, São Paulo.

Minas Encontro estadual dinamiza as filiações

Domingo, dia 5 de abril, realizou-se em Belo Horizonte o Encontro Estadual do PT, o segundo em 1981. A pauta incluiu um balanço da formação de diretórios no Estado, constatando que em 50 cidades seria possível formar os diretórios imediatamente, em outras 60 há um bom trabalho e noutras 90 cidades o trabalho ainda está atrasado. Tudo isso dá um total de 200 diretórios possíveis, contra a exigência legal que é de 146.

As 40 cidades representadas no Encontro discutiram também o Comitê Interpartidário de Minas, até agora o único do país, onde participam todos os partidos de oposição. Foi aprovada a participação do PT, mas com algumas explicitações; a independência do PT frente ao Comitê, inclusive quanto ao lançamento de candidatos próprios e colocando-se claramente contra propostas de fusão e coligações eleitorais; o caráter do Comitê Interpartidário não é para discussão de programas de governo; mas sim para buscar a unidade em reivindicações, por exemplo,

cobrando o apoio dos outros partidos à campanha contra a Lei de Segurança Nacional. Nesta linha, o Comitê só deve se reunir com casos concretos para discutir. O PT deve ainda criticar as vacilações que os outros partidos cometam e garantir uma avaliação permanente do Comitê dentro do próprio partido, ampla informação das bases sobre as atividades do Comitê, inclusive através de reuniões públicas e abertas à imprensa. Finalmente, cada comissão municipal avaliará a necessidade da formação de Comitês Interpartidários na sua Cidade.

Além disso, foram discutidas propostas para o processo eleitoral do PT em Minas, onde o eixo destacado foram as campanhas centradas no partido e não nos candidatos; uma avaliação inicial da conjuntura e a condenação dos 11 do ABC, quando foram definidas propostas de luta pela anulação do julgamento e contra a Lei de Segurança Nacional. A meta mineira é conseguir 50 mil assinaturas para o abaixo-assinado nacional pela absolvição de Lula.

RGS O PT e a ação inter-partidária

O vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Olívio Dutra, participou dia 30 do mês passado de um encontro na Assembléia Legislativa, juntamente com os demais presidentes dos diretórios regionais dos partidos de oposição. A reunião articulada pelo presidente do Legislativo gaúcho, deputado Aldo Pinto (PDT), visou à “ação interpartidária de mobilização popular”.

O objetivo principal do encontro, segundo Olívio Dutra, “foi promover um amplo levantamento dos problemas estaduais com a participação dos grupos organizados da comunidade, tais como: associações representativas, sindicatos, federações, imprensa e tendências universitárias”.

Para o representante do PT, “a iniciativa do presidente da Assembléia foi

um passo a mais no entrosamento das direções partidárias”. Olívio Dutra criticou a centralização das decisões que “prejudicam o Estado” e falou também na “falta de prestígio do poder Legislativo”.

Depois da disputa entre PMDB e PDT pela presidência da Assembléia Legislativa, que serviu também para desgastar os dois maiores partidos de oposição gaúchos, o encontro objetivou “uma quebra de gelo entre os dirigentes, ou seja, uma busca de ação conjunta, mostrando que o PT está aberto a reuniões, na defesa de questões gerais, que identificam os partidos”, definiu Olívio Dutra.

Muitas especulações foram feitas após a reunião, mas nenhum dos participantes relevou qualquer medida que viesse ser tomada com vistas às eleições de 82.

Osasco Comitê Municipal anti-LSN

O PT de Osasco - SP tomou a iniciativa de formação de um Comitê Municipal contra a Lei de Segurança Nacional (LSN), e de solidariedade aos sindicalistas do ABC e outros condenados pelo regime. Tal Comitê foi inaugurado no último dia 29, integrado por entidades populares e aberto a outros partidos de oposição. Enquanto isso, os militantes do PT na região estão tocando adiante a campanha de filiações, prevendo-se inclusive a entrada em campo de Caravanas Intermunicipais, reunindo o pessoal de Carapicuíba, Jandira, Cotia, Itapevi e Barueri.

Ainda no último dia 22 de março, o PT-Osasco realizou uma plenária de militantes e filiados, onde cerca de 120 participantes debateram essas questões e traçaram os seus planos. Destacou-se a “importância fundamental desta etapa final de legalização do partido”, aprovando-se uma campanha massiva de filiações que deverá girar em torno das bandeiras do PT — incluindo o repúdio à LSN.

NOSSA VEZ, NOSSA VOZ

VAMOS BOTAR ABAIXO A CONDENÇÃO DE LULA!



No último fim-de-semana, foi lançado o 3º número do jornal “Nossa Vez, Nossa Voz”, editado em conjunto pelas Comissões Municipais de Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Cotia e Jandira. A manchete deste número é a seguinte: “VAMOS BOTAR ABAIXO A CONDENÇÃO DE LULA!”

De volta da Itália fala Olívio Dutra



— Olívio, qual o objetivo desta viagem à Itália?

— O objetivo central da viagem era levar um relato atualizado em relação ao processo de enquadramento que sofrem hoje os sindicalistas na Lei de Segurança Nacional, bem como estabelecer os contatos mais diversificados possíveis com as várias correntes sindicais européias, retomando, de certa forma, o caminho aberto pelos companheiros do PT, Lula, Weffort, Bittar e Moisés, em sua última viagem à Europa.

Fomos convidados para participar do "Seminário de Apoio ao Processo de Democratização e Movimentos Populares no Brasil". O seminário foi promovido pela "Associação Italiana contra a Tortura", entidade dirigida por Paulo Parra e a "Associação das Mulheres Italianas e Brasileiras", entidades que mantêm vínculos constantes com o Brasil e que receberam o apoio de várias entidades sindicais italianas para realizar o Seminário, custeando suas despesas.

Muitos outros companheiros brasileiros também estiveram no Seminário como Gregório Bezerra, Anita Prestes, Rosalvo Filipi, (metalúrgico de Niterói), José Lírio (metalúrgico de João Monlevade), o bispo Tomás Balduino, Anísio, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e muitos outros.

O que foi o "Seminário de Apoio ao Processo de Democratização e Movimentos Populares no Brasil"

— A viagem restringiu-se ao seminário?

— Não, aproveitamos para retomar contatos feitos pelos companheiros sindicalistas anteriormente. Há na Itália uma grande sede de conhecimentos sobre o Brasil, principalmente sobre os movimentos populares e as condições em que existem. Procuramos contatos com a CISL (Confederação Italiana Sindical de Trabalhadores) de orientação democrata-cristã e também com a FLM (Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos, entidade que unifica a luta dos metalúrgicos acima das grandes centrais com vínculos partidários).

Tivemos oportunidade de discutir bastante com a corrente do jornal *Manifesto* que promoveu, depois da viagem do Lula, uma série de assembléias para discutir o caso brasileiro: a Lei de Segurança Nacional, a estrutura sindical brasileira, a experiência do PT.

Eles manifestam uma grande proximidade de opinião com posições que temos no PT em sua relação com o movimento popu-

As relações internacionais são importantes para o PT

Ex-presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e vice-presidente nacional do PT, Olívio Dutra esteve recentemente na Itália a convite de entidades sindicais e de movimentos de apoio às lutas democráticas e populares no Brasil. Aqui Olívio fala do significado da viagem e sobre a experiência do sindicalismo italiano.

Da Sucursal

lar. Questionam o burocratismo e o controle de um partido sobre o movimento sindical. Criticam o controle sobre o movimento sindical através de quadros não egressos do movimento operário, fato muito comum nos países europeus onde a relação dos partidos com centrais sindicais é muito estreito.

Defendem que a liberdade e a autonomia sindical deve ser total em relação aos partidos, sem que isso signifique apoliticismo, mas que tem trazido grandes prejuízos para os trabalhadores.

Um exemplo disso, e muito citado no debate, é que a partir de 1978 com o namoro do PC em relação a Democracia Cristã, os comunistas lançaram a proposta de um governo de austeridade, uma política de apertar o cinto, negar o consumismo etc... Com isso, a CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho), con-

as propostas passassem nas assembléias das categorias. Os resultados dessa política começam a aparecer agora, a partir de 1980, quando o poder de compra diminuiu, as condições de vida pioraram e as bases se sentem traídas, gerando desconfiança não só das direções mas da própria organização sindical. Uma certa desilusão. Bancários e metalúrgicos, por exemplo, tiveram seu padrão de vida enormemente rebaixado. E isso só foi possível pelo peso dos quadros partidários.

As bases estão sentindo-se traídas pela política de austeridade do PC italiano

Enfim, esses companheiros tem uma simpatia muito grande com a experiência do PT cujo nascimento ocorre a revelia das correntes tradicionais do movi-

isso não significa que não exista trabalho unitário. Fomos convidados para visitar uma Comissão de Fábrica no seu cotidiano em Chieti, perto de Pescara, na costa do Adriático. No caminho tivemos uma oportunidade de ver uma ação unitária e não só isso, mas ver a distância que nos separa da realidade italiana em termos de peso e organização do movimento operário.

— Explica melhor esse caso aí da Comissão de Fábrica que você visitou, como funciona a experiência?

— A visita seria à Comissão de Fábrica da MAGNETI-MARELLI, em Chieti, uma fábrica com uns dois mil e quinhentos operários. Na frente da planta industrial, tive a primeira surpresa, um pequeno prédio funciona como sede da comissão de fábrica da empresa, com um enorme poder de barganha com a empresa.

Na Itália não há uma CLT Lá existe apenas um simples Estatuto dos Trabalhadores e tudo mais é resolvido na negociação direta.

Muito curiosos sobre o Brasil, queriam saber como funciona nosso "sindicalismo fascista", porque não temos comissões de fábrica, como é que pode existir uma lei de segurança e coisas do genero.

Eles possuem na Itália um "Estatuto dos Trabalhadores", onde estão fixadas apenas as normas e os critérios de organização dos trabalhadores, sem reger nada de relações trabalhistas com as empresas ou o governo. As condições de trabalho, de salário, enfim tudo é negociado diretamente. Enfim, algo muito distante para nós acostumados ao arbítrio do Ministério do Trabalho.

— E o problema da pluralidade sindical, debate que está começando no Brasil?

— Pluralidade ou singularidade é a forma de usar liberdade e autonomia sindical, portanto, estas questões precedem o problema da pluralidade ou singula-

ridade. Se não existir liberdade sindical, autonomia em relação ao estado, não adianta entrar nesse debate.

Na Itália, nos anos 50, esse debate foi muito intenso. A pluralidade era vista como a forma mais democrática, que garantiria uma participação mais intensa de todos.

Hoje, há uma reavaliação e algumas categorias não apenas discutem mas estão agindo assim. A Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos, que eu já falei, realizou uma unificação da categoria a nível nacional acima das Confederações vinculadas aos partidos. É uma espécie de Federação de Confederações..., que unifica as lutas nacionais da categoria e cujas diferenças se resolvem no interior da FLM.

Entendo que em algumas categorias a experiência da pluralidade sindical já está esgotada e é um debate que está cada vez mais presente nos centros de capacitação sindical e nas bases do movimento sindical europeu. A pluralidade começa a ser vista como uma forma que diminui o enfrentamento unitário da classe contra o sistema capitalista.

Na Itália, me parece que a CGIL e portanto o PCI não estão interessados na singularidade sindical, pois o controle sobre o movimento sindical no seu conjunto ficaria bem mais difícil. Todos defendem a unidade na ação e isso existe na Europa, na Itália, mas é uma experiência que garante aos grandes partidos manter o controle sindical e uma fragmentação ideológica e política dos trabalhadores.

Neste momento, no caso brasileiro, o mais importante é lutar pela autonomia e liberdade sindical. Isso alcançado, o trabalhador saberá usar essa liberdade para ser singular na pluralidade. Ou seja, as mais variadas correntes de pensamento, havendo liberdade, (comunistas, socialistas, católicos) poderiam defender suas posições no interior de uma mesma estrutura sindical singular, unitária.

Havendo liberdade e autonomia sindical, as mais variadas correntes podem defender suas posições no interior de uma mesma estrutura sindical.

— Quais os saldos da viagem? O PT continuará com esses contatos?

— Acho que isso é importante para o PT. Necessitamos de uma Secretaria de Relações Internacionais, pois a experiência e o apoio que poderemos colher com essas relações seria de grande valia para o PT e o movimento sindical brasileiro.



As bases militantes do PCI desconcertadas diante da política sindical do partido

trolada pelos comunistas, teve que discutir a aceitação ou não desse pacto, de uma orientação anti-greves, anti-reivindicações operárias. A máquina do partido, bem azeitada, conseguiu que

mento operário e com uma sólida base sindical.

— Isso prejudica também a ação unitária da classe?

— Certamente prejudica, mas,

O FANTASMA

Um drama em quatro atos

PESADELO

Ou de como o desemprego não é de agora e promete crescer

Em Belo Horizonte (cidade que tem o maior índice brasileiro de desemprego aberto, de acordo com os dados recém divulgados pelo IBGE) uma cena ao mesmo tempo tocante e expressiva: na passagem da noite em uma dessas frias madrugadas de março, em frente à Igreja São José, onde geralmente se acomodam inválidos e pedintes, um homem ainda moço e forte estendeu o cobertor, reveladoramente limpo e novo e se deitou, braços cruzados e olhos abertos.

Essa onda recente de desemprego tem exatamente essa consequência, a de expulsar parcelas da classe trabalhadora para o grupo já expressivo, numeroso mesmo, dos que o sistema econômico não absorve e não "acolhe".

A tragédia do desemprego vem sendo encenada pacientemente ao longo de toda a década de 70, com a intensificação da migração do campo para a cidade, resultado da concentração da propriedade e da ocupação da terra por modelos de produção que dispensam maiores quantidades de mão-de-obra permanente. As linhas migratórias que recortam o país de ponta a ponta não são mais que a expressão do desemprego. Só para citar um exemplo, em São Bernardo chegam anualmente 70 mil migran-

tes, vindos do campo ou do nordeste em sua maioria.

O desemprego veio sendo plantado também com o crescimento das vagas na universidade, seguindo mais a lógica do lucro do ensino, do que as necessidades do mercado de trabalho e formando profissionais especializados e voltados para o setor modernizado dos serviços, que cresceu na rasteira do "milagre econômico" (68-72). Hoje, o estrangulamento da universidade revela um impasse na sua função social. Enquanto 40 milhões de pessoas não têm assistência médica e as estatísticas apontam 2 mil municípios sem nenhum médico, o desemprego aberto atinge 20 mil destes profissionais e o disfarçado, representado pelo trabalho provisório, sem cartão de ponto, alcança 35 mil. Entre uma realidade e outra, explode o colapso da formação de médicos especializados, (cardiologista, anestesista, oculista e outros "istas"), sem uma formação geral e concentrados nos grandes centros urbanos. De outro lado, só em São Paulo, temos cerca de 13 mil engenheiros desempregados, total engrossado a cada ano com a massa dos recém-formados. Isto, num quadro de absoluta carência de moradias (o déficit habitacional no Brasil é calculado,

em números redondos, em 5 milhões de casas), de escolas, de absoluta necessidade de um amplo trabalho de irrigação na agricultura, da extensão de linhas elétricas, de instalação de água e esgoto (certa de 40% da população urbana brasileira não é servida de qualquer tipo de abastecimento de água).

E sem falar que o crescimento econômico tem privilegiado os ramos industriais voltados para o consumo das camadas melhor remuneradas e que hoje esbarram num certo esgotamento deste mercado, seja pela diminuição do poder aquisitivo, seja pelo aumento do desemprego. Basta lembrar que hoje, por exemplo, o modelo mais barato da Volks custa 312 mil cruzeiros e que o consumo médio de gasolina aos preços de hoje já está em 10 mil cruzeiros por mês. Desse jeito, é para encaixar a produção mesmo.

Portanto, o desemprego é parte da estrutura e revela os impasses mais profundos do capitalismo brasileiro. Além disso, não encontra um tratamento adequado na política econômica do governo que continua concentradora no campo, privilegiadora do crescimento de setores que não empregam massivamente mão-de-obra. Assim, para o próximo período, a realidade cada vez



mais presente no dia a dia do trabalhador é o pesadelo das chamadas inesperadas ao depar-

tamento de pessoal da empresa e a diminuição de cartões nos relógios de ponto.



Há alguns meses atrás, o general Figueiredo reconheceu que os gastos do governo com saúde, educação e previdência social estavam sendo diminuídos. Mas se defendia dizendo que isso ocorria para colocar em primeiro plano a garantia do emprego. Seguindo o governo, como os recursos são escassos, a ordem é priorizar os gastos e financiamentos para os investimentos que podem gerar empregos.

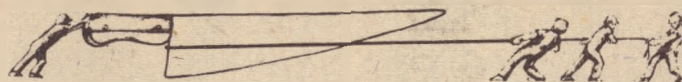
O papo furado continua. Agora, é o salário do trabalhador que é ameaçado em nome da garantia do emprego. Na Volkswagen,

CHANTAGEM

Ou de como os patrões colocaram o revólver no peito do operário e perguntaram: "a bolsa ou o emprego?"

diante da ameaça das dispensas atingirem 12 mil trabalhadores, somente nestes primeiros meses do ano, um abaixo assinado, propondo a redução de 1/4 da jornada de trabalho, com equivalente redução de salário, alcançou a adesão da maioria dos operários da fábrica. Essa proposta indecorosa não é nova: foi inclusive regulamentada pela lei 4923, de 1965, que abre para as empresas com dificuldades econômicas comprovadas a possibilidade de estabelecer acordos desse teor, válidos para um prazo de três meses, prorrogáveis para mais três. Ele permitiria à Volkswagen uma economia de cerca de 40% do dinheiro que teria de desembolsar a mais, para pagar os salários recém-reajustados

E a moda está pegando: mais de 10 empresas de S. Paulo já



procuraram o Sindicato dos Metalúrgicos para celebrar acordos desse tipo.

"A decisão dos operários é a maior demonstração de maturidade que já deram nos últimos tempos", sentenciou o ministro Delfim Neto, acrescentando que "isso é algo até mesmo revolucionário, pois não há nada tão importante neste país agora quanto o emprego". Chantagem descarada, no entanto, seria a melhor forma de classificar o acordo imposto pela Volks. Pois, com uma inflação de 120% ao ano, com o salário mínimo valendo 1/5 do que deveria valer para sustentar uma família de quatro pessoas, pode-se prever o que significará

para a sobrevivência do operário essa nova fatia de salário, garfada pelos empresários.

O ministro Murilo Macedo afirmou, por outro lado, que está alheio ao desenrolar dos entendimentos, que se trata de um caso de negociação direta entre empregados e empregadores. Muito elegante de sua parte. Só que uma negociação tão desfavorável aos trabalhadores seria impossível se o governo não tivesse intervindo no Sindicato de São Paulo, se não tivesse condenado as principais lideranças do ABC através da Lei de Segurança Nacional. Sem intervenção, o Sindicato de São Bernardo poderia criar condições para pressionar a Volks, para impor um limite às

dispensas ou mesmo conseguir um acordo mais favorável.

Além disso, as próprias facilidades com que os capitalistas contam para dispensar em massa foram garantidas pelo governo com a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A legislação anterior, além de garantir estabilidade aos trabalhadores com 10 anos de serviço, desestimulava dispensas em grande escala, pois, a cada empregado demitido com mais de um ano de serviço, a empresa deveria pagar férias, aviso prévio e décimo terceiro salário, além de mais um salário para cada ano de serviço. Se na época de sua implantação o FGTS veio abrir o campo para as empresas burlarem os acordos salariais através da rotatividade, hoje ele é a ponta do ataque dos capitalistas aos trabalhadores.

DO DESEMPREGO

MENTIRA *Ou de como os trabalhadores precisam da política para lutar contra o desemprego.*

Para dourar a pílula, para dar uma aparência mais aceitável a chantagem, o governo tem que dizer que todos, do operário ao patrão, dão suas quotas de sacrifício no combate à crise. Mas Figueiredo foi mais longe ao declarar que os empresários estão sendo os mais castigados pelas medidas econômicas do governo.

Uma afirmação difícil de ser levada a sério se passarmos a limpo a atual política econômica e os seus reflexos para os setores mais importantes do empresariado. O governo, por exemplo, está promovendo a liberação de preços de 70% dos produtos antes controlados, medida que tem como único objetivo defender o lucro, principalmente naqueles ramos dominados por um grande grupo econômico ou um pequeno número de empresas. Só neste ano, a Souza Cruz respondeu a uma tendência de quase estagnação nas suas vendas com um aumento de 82% do preço das várias marcas de cigarro que produz!

No campo da política tributária, a soma de incentivos fiscais do imposto de renda, chega a ser



escandalosa, prevendo-se que para este ano, ela será da ordem de 60 bilhões de cruzeiros. O mesmo acontece para os financiamentos a juros depreciados e subsídios, especialmente para os setores que o governo vem privilegiando como o exportador e energético.

Já os empresários do sistema financeiro deitam e rolam com a política da liberação da taxa de juros, causando impacto a informação de que em 1980, alguns conglomerados chegaram a aumentar seus lucros em mais de 200% em relação ao ano anterior.

O batalhão dos que são mais atingidos pela política econômica é formado justamente por aqueles que não contam com boa trincheira para se defender dos efeitos da crise, ou seja, que

não dispõem de um só lido patrimônio e nem de uma posição favorável no mercado.

Em São Paulo, por exemplo, de acordo com dados fornecidos pela Federação das Indústrias, os pequenos e médios empresários (aqueles que contam, com menos de 200 empregados) tiveram um crescimento negativo, regrediram em 1980, quando o conjunto do setor industrial cresceu 6%. No comércio, uma massa enorme de pequenos e médios comerciantes abrem falência e cerram as portas, encurrados diante da queda do consumo causada pela diminuição do poder aquisitivo dos assalariados, da alta dos juros e da contenção do crédito.

O bombardeio vem pegar em cheio ainda os assalariados que, desfrutam do reajuste semestral,

(alguns nem isso), e tem que encarar elevações trimestrais das tarifas de telefone, de energia, com os aumentos contínuos dos alugueis, agora de acordo com o INPC, além de perder de vista o preço da gasolina. E que são assolados ainda pelo desemprego, que zomba do diploma universitário e da qualificação profissional.

Mas, sem dúvida, a barra pesa mesmo é para os milhões e milhões de brasileiros que recebem menos de três salários mínimos e vivem já na corda bamba. Para eles, o desemprego significa o atraso no pagamento do

aluguel e a ameaça do despejo, o corte no fiado do armazém, e até mesmo, o empurrão para o jogo do crime e da prostituição. A oportunidade de trabalho já falta a mais de 20 mil em São Bernardo do Campo, principal centro da indústria automobilística e a um igual número de trabalhadores nas indústrias eletro-eletrônicas (geladeiras, televisores, radinhos de pilha etc.), dispensados nos últimos meses. E, segundo informações recém divulgadas pelo IBGE já ameaça atingir a casa dos 10% da população em idade de trabalhar nos quatro principais centros urbanos do país.



SONHO *Ou de como os trabalhadores poderão conquistar a garantia do emprego.*

Sem mudar as bases do capitalismo brasileiro, sem alterar de modo significativo as linhas da política econômica do governo, é praticamente impossível impedir o avanço do desemprego. E isto só se consegue se os trabalhadores conquistam uma relação de forças mais favorável no campo político, se unificam as suas fileiras.

A estabilidade no emprego, por exemplo, só virá com uma grande derrota política da burguesia da mesma forma que a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) só pode vir após o esmagamento completo da resistência sindical pós-1964. Da mesma forma, a alteração das prioridades de investimento do estado para objetivos com melhores repercussões sociais só pode ser conseguida através de uma pressão política concentrada dos interessados.

É certo que as reivindicações de contenção de dispensas, de



redução da jornada de trabalho sem o correspondente corte nos salários, passem crescentemente a se tornar itens prioritários de negociação nas campanhas salariais. Mas o que vem se tornando evidente é a dificuldade, a impossibilidade mesmo, de se levar adiante uma política efetiva de combate ao desemprego, somente a partir de um sindicato isolado, de maneira corporativa. Isto porque todas as fontes que geram o desemprego e que inclusive diminuem o poder de barganha do sindicato estão fora

do espaço de negociações do sindicato isolado.

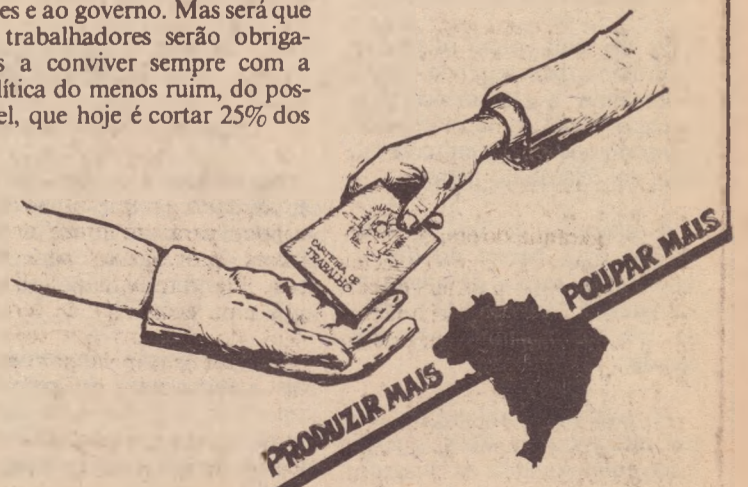
A luta dos trabalhadores contra o desemprego passa pelo sindicato, mas precisa crescer nas inter-sindicais, ganhar corpo nos partidos e se alastrar nos bairros de periferia com a formação de comitês de desempregados, de ajuda mútua.

E o mesmo ímpeto que empurra os trabalhadores para a busca de sua unificação sindical e política, na sua luta pela sobrevivência, já abre os espaços para sua viabilização. O tema do de-

semprego deverá ser um dos temas centrais da CONCLAT — Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras, que se realizará no mês de agosto em São Paulo e constitui um dos maiores desafios para o PT.

Sonhos, sonhos, diria o observador acostumado a ver a classe operária brasileira perder sempre, ser vítima das maiores chantagens e humilhações, e incapaz de opor uma resistência de classe, unificada e política, aos patrões e ao governo. Mas será que os trabalhadores serão obrigados a conviver sempre com a política do menos ruim, do possível, que hoje é cortar 25% dos

salários para não perder o emprego? Amanhã o que será? Não há problemas em sonhar. Como já dizia Lenin, “o desacordo entre os sonhos e a realidade nada tem de nocivo, sempre que quem sonha acredite seriamente no seu sonho, observe atentamente a vida, compare as suas observações com os seus castelos nas nuvens e, de maneira geral, trabalhe escrupulosamente para a realização de seus sonhos”.



O caos energético nacional

NÃO é apenas o ministro que se chama Cals. A realidade energética do país, hoje, passados quase 10 anos desde a eclosão da chamada "crise do petróleo", é também um completo caos. Veja aqui um balanço completo da atual situação energética do país.

Por Gabriel dos Anjos de Jesus

As formas de dominação, tanto do capitalismo em si, como do imperialismo no geral, manifestam-se também no domínio energético que um pequeno grupo exerce sobre a maioria da população. A reversão dessa tendência modifica, sem dúvida todo o enfoque que se dá sobre o tema.

Então, a análise pura e simples, de formas e opções de energia, esbarra na resposta às seguintes perguntas: "Quais serão

os beneficiados?" e "Quais os objetivos concretos a serem alcançados?"

Há de se ter um balanço de toda energia envolvida na produção, a fim de que o caminho escolhido corresponda, o mais plenamente possível, às reais necessidades da força de trabalho e das forças produtivas envolvidas no processo.

Desta forma, a discussão a respeito de uma "opção energética" torna-se estéril, dentro do contexto a que estamos subme-

tidos. E isto se faz sentir, ao analisarmos as diversas soluções propostas, defendidas ou aplicadas.

As opções energéticas apresentadas pelo sistema devem obrigatoriamente visar o bem-estar do indivíduo. Vemos acontecer, no entanto, o contrário. Dentro do sistema capitalista, principalmente, o indivíduo vale menos do que a máquina, sendo substituível e descartável!

Acordo nuclear ou militar?

O que está por trás do acordo com a Alemanha

O Acordo Nuclear firmado entre Brasil e Alemanha, tem clara evidência militar, ficando sua utilização civil (geração de energia elétrica) apenas como complemento dispensável. O objetivo principal é o de se extrair material para a confecção de artefatos nucleares (bomba atômica)!

Uma possível indução nesse sentido, não seria de todo difícil, pois a Argentina, com seus reatores a urânio natural, tem condições de se armar em curto prazo. Juntando-se a isso os interesses escusos de alguns nativos ligados à área, com os interesses comerciais e sociais da Alemanha (que teria de demitir milhares de trabalhadores da área nuclear, caso não conseguisse vender sua "tecnologia" para o Brasil), temos como produto final esse Acordo!

Os reatores vendidos, funcionam com urânio enriquecido.

Ora, este urânio nem será obtido no Brasil e nem tem grande disponibilidade no mercado Internacional (os EUA não mais o fornecerão a partir de 1990, a Europa Ocidental tem "deficit" e a União Soviética também não o tem em disponibilidade), em poucos anos teremos monumentais elefantes brancos!

Além do mais, como os preços do urânio sobem segundo cresce a demanda, a dependência e a carência de tal combustível será maior do que aquela enfrentada, hoje, em relação ao petróleo.

A alegação de que é uma energia mais barata do que a hidrelétrica, carece de qualquer fundamento, pois já está a mais de três mil dólares por kw gerado.

A população irá pagar caro por essa aventura. Aliás, já paga tanto Itaipu quanto os "Angra".



O carvão debaixo do chão

E as reservas dão para 400 anos

As reservas de carvão brasileiro, medidas, são de vinte bilhões de toneladas. É o carvão aproveitável, com a tecnologia existente. Ou seja, as reservas devem ser maiores, à medida em que se aperfeiçoar as técnicas de mineração.

São reservas que permitiriam ao país uma existência energética tranqüila por, aproximadamente, 400 anos!

E a tese da inviabilidade do uso total do carvão, por se tratar, às vezes, de tecnologia cara, é ultrapassada pela realidade dos custos do petróleo, de sua exaustão geológica e, mesmo, de sua inexistência.

A água jogada fora

Haveria energia hidroelétrica para além do ano 2.000

Os mananciais de água existentes, e não explorados, asseguram ao país fornecimento de energia elétrica além do ano 2-2000. Isto em se tratando dos grandes mananciais!

Juntando-se a eles os cursos d'água menores, tidos nos anos 60 como economicamente inviáveis (visto estarem alguns setores do governo de olho na energia nuclear, à época muito mais barata), teremos assegurado um fornecimento de energia elétrica por mais alguns anos do século XXI.

Existe tecnologia interna e não há riscos de dependência externa.

Naturalmente, existem países já estudando o assunto. Aqui, comentou-se. E como ocorre para tantos outros projetos, arquivou-se.



O petróleo esgotou

Apesar dos alardes oficiais sobre os novos poços

Até 1985, as previsões oficiais são de que a produção nacional de petróleo estará aq redor dos 500 mil barris diários, continuando a importação diária de um milhão de barris.

A preocupação em tornar o país independente do petróleo importado, é apenas uma questão de retórica, procurando atrair as emanações nacionalistas, e

escondendo a questão de fundo: o erro técnico do "modelo de desenvolvimento" brasileiro.

Não há perspectiva dessa independência. Segundo dados oficiais, do Conselho Nacional de Energia, o Brasil terá um consumo diário, em 1985, da ordem de dois milhões de barris equivalentes de petróleo. Dificilmente chegaremos a isso, em qualquer época!



O fracasso do pró-álcool

Os tubarões é que estão bêbados com tantos favores tomados

Teoricamente, existe o Pró-álcool. O empresariado do setor automobilístico, antevendo bons lucros, ficou animado com essa perspectiva, dado as dificuldades em se estimular o consumo da gasolina.

Do pró-álcool só se sabe que acelerou o processo de concentração de terras, já consumindo alguns bilhões de cruzeiros nessa tarefa!

A implementação está sendo dificultada, cada vez mais, pois a perspectiva ainda é automotriz.

Mas, o grande fator positivo do pró-álcool não estaria no

setor automotriz, e sim na substituição total do petróleo, principalmente na petroquímica.

Dai, a importância de um programa do álcool, pois ele substitui, adequadamente, o petróleo em quase todos os setores. E quando falamos em "um programa do álcool", falamos no aproveitamento total da matéria-prima que o produz.

Somente os ingênuos não suporiam que haveria grande pressão Internacional para a implantação desse programa. Ela existe, e os reflexos já se fazem sentir!

A cobiçada amazônia

Para alguns loucos a solução está em desmatá-la

A madeira tem sido usada, até agora, na indústria de papel e celulose, na obtenção de carvão vegetal, na fabricação de móveis e correlatos.

Os incentivos fiscais, para o reflorestamento, têm servido ao enriquecimento ilícito de algumas empresas. Efetivamente o reflorestamento implantado há alguns anos tem se mostrado insuficiente para cobrir nossas necessidades madeireiras.

A opção vista com bons olhos por alguns empresários, seria a da utilização de gasogênios, que empregam a madeira na obtenção de gases combustíveis. Não é uma das piores opções,

mas há alguns senões em sua aplicação.

Em primeiro lugar, os empresários não têm encontrado eco, nas esferas governamentais, às suas pretensões de empréstimos a baixos juros e incentivos fiscais, para que possam modificar a infraestrutura de suas fábricas. Em segundo lugar, muitos deles não estão dispostos a investir na compra de milhares de alqueires de terra. No entanto, uma coisa está sendo "solertemente" gerada nos corredores palacianos. Existem pelo menos dois relatórios (de empresas multinacionais), onde é defendido o desmatamento da Amazônia — única reserva florestal brasileira.

CONEG

A decisão sobre a greve

O Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE resolve pela paralisação nacional nos dias 8 e 9 e pela retomada da luta no segundo semestre.

Realizou-se em Brasília, com a participação de 74 entidades, o 8º Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da UNE, convocado para discutir a deflagração da greve geral nacional dos estudantes, que havia sido proposta para o dia 7 de abril no CONEG anterior, realizado em fevereiro.

A abertura do CONEG, no dia 4 de abril, deu-se no Congresso Nacional, contando com a participação de diversas entidades democráticas, como a ABI, a OAB, e de vários deputados do PMDB e do PT, que saudaram a UNE e a luta dos estudantes, ressaltando a justiça de suas reivindicações e a identidade de interesses com a maioria da população.

O primeiro dia foi praticamente consumido sem encaminhamentos, e só à noite iniciaram-se os informes sobre o processo de discussões e as deliberações tomadas em todas as escolas.

As limitações do processo

Apesar do tom ufanista dos relatos dos vice-presidentes regionais da UNE, o quadro nacional mostrava todas as limitações do encaminhamento do processo. Dos Estados de maior peso no movimento estudantil, somente o Rio Grande do Sul definiu-se pela greve a partir do dia 7 de abril.

Noutro nível, também, Mato Grosso, Alagoas (apesar da Federal estar de férias durante a discussão), Paraíba, Ceará (com a UNIFOR também de férias), Acre e Paraná (onde as duas maiores escolas foram contra, perdendo no conselho estadual de entidades).

Nos três Estados mais importantes, com maior número de estudantes e maior tradição de luta (Minas, Rio e São Paulo) a proposta da diretoria da UNE não passou na maioria das escolas. Das escolas governamentais de maior peso (UnB, USP, UFMG, UFRJ, UFPe, UFBA, e URGs), apenas na URGs passou a proposta da diretoria, a mesma coisa acontecendo com as Universidades Católicas. Por outro lado, nos demais Estados, a discussão foi bastante rasteira, polarizada entre greve dia 7 ou não greve, havendo casos de aliança de UEEs com direita.

“Greve mania” contra “greve fobia”

Eis aí a tônica das polarizações do CONEG, onde a diretoria da UNE, principalmente os apoiadores do jornal *Hora do Povo*, jogava firme para definir dois campos: aqueles que queriam lutar e que portanto só poderiam apoiar a proposta da greve dia 7 (que foi mantida, apesar do relato da situação nacional) e aqueles que seriam pelo imobilismo, os sabotadores do movimento, que seriam todos aqueles contrários à sua proposta. E reforçando essa argumentação, a atuação da diretoria da UEE-SP e das tendências que apoiam os jornais *Companheiro* e *Voz da Unidade*, iam contra a greve sem propor nenhuma alternativa concreta à greve geral por tempo indeterminado.

Proposta da UEE-MG

A UEE-MG tentou, sem muito sucesso, reverter o rumo da discussão intervindo na linha de seu conselho de entidades de base: se a greve geral é a única medida capaz de barrar o caminho da ofensiva desencadeada pelo MEC, e por isso deve ser o caminho apontado para o movimento, é preciso atentar para as limitações do processo de construção da greve geral definido pelo último CONEG, que não foi capaz de criar condições para a deflagração a greve agora.

Assumindo inclusive uma autocritica por não ter sido capaz de apresentar no último CONEG uma proposta alternativa, a UEE-MG defendeu a necessidade de se convocar um Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), o mais rápido possível, e isso não para repetir esta falsa polarização, mas para, de fato, apontar passos concretos para a greve geral, garantindo um processo democrático com real influência das bases sobre o movimento.

As deliberações do CONEG

Encerrada a fase de avaliação, só se começou efetivamente a deliberar na noite do último dia, depois de longo atraso provocado pela “necessidade de discussão interna da diretoria da UNE”. E como não bastasse, ainda se perdeu uma hora com os encaminhamentos.

Na primeira deliberação, o CONEG definiu por unanimidade que a greve geral representa a única medida de força capaz de barrar a política do MEC, permanecendo portanto como um norte do movimento estudantil.

Quando da deliberação da proposta da greve geral do dia 7 de abril, a diretoria da UNE retirou sua proposta, vendo a sua inviabilidade e jogando toda a responsabilidade sobre as entidades que não encaminharam, que boicotaram. Sua auto-crítica limitou-se à “não saída do jornal, do cartaz e do boletim nacional”, esquecendo-se de lembrar a sua incapacidade de definir os rumos dos movimentos e propor um processo realmente democrático e concreto de construção da greve geral, como se para isso fosse preciso apenas marcar uma data. Mas, apesar disso, os brigadistas do HP mantiveram a proposta que foi amplamente derrotada.

Finalmente, quando deveriam ser discutidos os passos para a mobilização que possibilitaria a greve geral, todo o tempo já tinha sido gasto, com as entidades começando a se retirar, e aí foi votada rapidamente a proposta de paralisação nos dias 8 e 9 de abril, com realização de manifestações no último dia.

Nesse compasso, a marcação da data do CONEB quase foi esquecida, sendo finalmente marcado para o mês de julho. Fica assim o movimento estudantil num enorme vazio até o fim do primeiro semestre, quebrando a discussão, e com a dinâmica da greve geral prejudicada, uma vez que no segundo semestre será necessário recomendar da estaca zero, e o MEC deitando e rolando.

E assim, mais uma vez, a diretoria da UNE vai do extremo do aventureirismo para o buraco do imobilismo.

GREVE



GERAL

Porto Alegre

Secundaristas contra taxas

Da Sucursal

A denúncia de uma aluna, Ana Regina Silva dos Santos, da Escola Estadual de 2º Grau Senador Ernesto Dornelles, que mesmo com apresentação de atestado de pobreza está sendo obrigada a pagar uma taxa mensal de Cr\$ 900,00 para estudar em escola pública, trouxe novamente à cena o problema do ensino gratuito e dos Círculos de Pais e Mestres.

O Ernesto Dornelles é uma escola pública e, teoricamente, o ensino é gratuito. Acontece que a falta de verbas e a penúria das escolas leva os diretores a buscarem saídas falsas para o problema. Ou seja, criam-se Círculos de Pais e Mestres e através deles impõem-se aos alunos o pagamento de taxas crescentes a cada ano que passa, desobrigando assim o estado de aumentar as verbas das escolas ou, ao menos, acompanhar os mesmos percentuais inflacionários. Os Círculos são descaracterizados de suas funções originais ou necessárias e transformam-se em apêndices das administrações escolares.

Também em outro tradicional estabelecimento público de Porto Alegre, o Colégio Júlio de Castilhos, a situação está tensa.

Em seu boletim os secundaristas do “Julinho”



denunciam a farsa que foi a última assembléia do Círculo de Pais e Mestres, no dia 14 de março. Cerca de 300 pais presentes não tiveram a menor participação nas decisões que já vieram prontas da direção da escola que também, como no Ernesto Dornelles e na maioria das escolas públicas, controla e manipula o Círculo de Pais e Mestres. A mensalidade foi estipulada em Cr\$ 625,00, à revelia da grande maioria dos pais e alunos maiores de 18 anos pois o “Julinho” tem em seus três turnos mais de cinco mil alunos.

A previsão orçamentária do CPM do Júlio de Castilhos prevê uma arrecadação para 1981 superior a Cr\$ 13 milhões, cifra nada desprezível para uma

entidade cujo controle e prestação de contas acaba ficando sempre nas mãos da própria direção da Escola.

São despesas que em sua totalidade acabam sendo decididas e pagas pela própria direção da Escola tendo os Círculos de Pais e Mestres como “testas de ferro” para suprir a falta de dotações maiores para a Educação por parte do Estado.

Os alunos do Júlio de Castilho não se contentam apenas com as denúncias, e partiram para a mobilização dos estudantes pela “manutenção do ensino público e gratuito”, “nomeação dos funcionários do CPM pelo estado” e “liberação de mais verbas para o ‘Julinho’”.

A luta pelas Casas de Estudantes

A secretaria Nacional de Casas de Estudantes, criada no 4º Encontro Nacional de Casas de Estudantes — ENCE — se reúne nos dias 18 e 19 de abril em Belo Horizonte. Este encontro tem

como objetivos implementar a luta pela autonomia política das casas de estudantes, ampliação das casas de estudantes como medida para barrar o projeto do MEC de transformar as casas em “repúbli-

cas financiadas” (onde os estudantes pagariam 70% da manutenção e o MEC 30%). O outro ponto da pauta é a viabilização do próximo ENCE a ser realizado em setembro, em Ouro Preto - MG.

Sindicalistas rurais enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

A CONTAG responde à acusação de violência! Criminosa é a política agrária

No último dia 9 de março, duas semanas depois da condenação de Lula e dos sindicalistas do ABC, teve início mais um processo contra os trabalhadores brasileiros. Dava entrada na Auditoria Militar do Amazonas, à denúncia com base na Lei de Segurança Nacional contra Lula e Jacob Bittar, do PT, José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) e João Maria da Silva, delegado da CONTAG no Acre. Eles são acusados de "incitar à luta pela violência entre as classes sociais", com uma pena prevista entre oito e trinta anos.

Tudo começou no dia 21 de julho, com o assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília (Acre) Wilson Pinheiro, membro do PT local. Uma semana depois, 1.500 trabalhadores rurais participavam de uma manifestação de protesto, onde falaram todos os que hoje estão sendo indiciados. A acusação de "incitamento" vem de que, dias depois, foi morto o capataz Nilo Sérgio de Oliveira, apontado pelos trabalhadores rurais como assassino do Presidente do Sindicato.

Aqui apresentamos o resumo de um documento assinado por 21 Federações Estaduais de

Trabalhadores Rurais e pelos diretores da CONTAG, onde eles analisam os fatos acontecidos em Brasília e fazem um balanço impressionante da violência contra o trabalhador rural no Brasil, devolvendo para a política agrária, os grileiros e a polícia a acusação de violentos.

A conclusão inevitável é que "os trabalhadores rurais do Brasil sentem que também serão julgados como classe organizada", como foram julgados, com os sindicalistas do ABC, os trabalhadores urbanos e o movimento sindical brasileiro.

"A solução é matar o presidente do Sindicato"

A palavra de ordem que os patrões lançaram no Acre e que está na raiz dos atuais conflitos e processos que correm no Estado.

"A devastação indiscriminada da floresta amazônica por grandes grupos favorecidos por créditos oficiais e contrariando a política oficial de incentivo à borracha natural, destina-se à exploração de madeira e à implantação de grandes áreas de pecuária extensiva.

Nessas áreas sempre viveram e trabalharam, há mais de 100 anos, milhares de famílias de seringueiros, tirando o seu sustento da borracha e da castanha e produzindo lavouras de subsistência. A política de desmatamento no Estado do Acre, entretanto, tem provocado a desativação e destruição das seringueiras, deslocando e expulsando os trabalhadores de sua fonte de trabalho.

Diante da ameaça de expulsão de suas posses, os seringueiros da região dos municípios de Brasília, Sena Madureira e Xapuri encetaram, desde 1966, um movimento de defesa de suas posses e dos seringaais, evitando os desmatamentos. Esse movimento, conhecido como "embargos ou empates de desmatamento" atende ainda a dispositivos do Código Florestal que proíbem esse tipo de atividade predatória.

Diante disso, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais reivindicou a imediata desapropriação das áreas de conflito e o governo federal, reconheceu, expressamente a existência de tensão social na região e, em setembro de 1980, decretou de interesse social para fins de desapropriação áreas no total de 262 mil hectares.

No ano de 1980, os latifundiários iniciaram uma verdadeira campanha contra os dirigentes sindicais

do Estado do Acre, visando desacreditar o movimento sindical junto aos trabalhadores. As ameaças culminaram com a declaração do seringalista Guilherme Lopes, em reunião da SUDHEVEA de que "a solução para os problemas fundiários do Acre seria matar o presidente do Sindicato, o delegado da CONTAG e alguns padres."

Tal ameaça se concretizou a 21 de julho com o assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Wilson Pinheiro, na sede do Sindicato. As ameaças de morte recebidas por Wilson haviam sido denunciadas aos trabalhadores de Brasília numa assembléia geral do Sindicato e encaminhadas pela CONTAG à Secretaria de Segurança Pública.

Como protesto pelo assassinato e em apoio à luta dos trabalhadores do Acre, o movimento sindical organizou, em Brasília, em 27 de julho de 1980, uma manifestação que reuniu cerca de 1.500 trabalhadores rurais e teve a participação de representantes dos trabalhadores urbanos, da Igreja e de outras entidades civis.

Uma semana depois do assassinato do dirigente sindical, um grupo de trabalhadores matou um fazendeiro da região. A polícia, que não tinha tomado nenhuma providência concreta sobre o assassinato do presidente do Sindicato, armou uma praça de guerra na cidade de Brasília, para prender os trabalhadores suspeitos de envolvimento na morte do fazendeiro. Eles foram torturados na prisão e tiveram que esperar quatro meses pela concessão de habeas corpus."

Sergipe

Tornou-se nacionalmente conhecida a perseguição contra os posseiros descendentes dos índios Xocós, da Ilha de São Pedro. A partir de 1978, o município de Pacatuba tem sido palco de graves violências cometidas contra 300 famílias de posseiros da fazenda Santana dos Frades, com a destruição de casas e lavouras, ameaças de agressões físicas

Santa Catarina

A tensão social se caracteriza nos municípios de Campo Eré e Maravilha, onde as terras legalmente adquiridas por 1.200 famílias não po-



Ceará

No município de Pambu, 250 famílias tiveram suas posses cercadas por grileiros e em São Gonçalo do Amarante mais de 300 famílias com posse secular foram vítimas de ameaças e destruição das suas



Piauí

Foram identificados conflitos nos municípios de José de Freitas, Pimenteiras, Aroazes e Oeiras, envolvendo mais de 900 famílias de trabalhadores rurais, vítimas de tentativas de apropriação de suas posses por grupos econômicos locais e de outros estados, inclusive beneficiários dos incentivos do PROALCOOL.

Alagoas

Os posseiros, arrendatários e parceiros têm sido vítimas da ganância devoradora das usinas de açúcar e das destilarias de álcool, registrando-se tentativas e consumações de despejos de trabalhadores nos municípios de União dos Palmares, São Luís do Quitunde e Penedo.



Violência de Norte a Sul Os crimes da expulsão da terra

Aqui, Estado por Estado, os sindicalistas rurais mostram quem pratica a violência neste país. Dez assassinatos de trabalhadores rurais e sindicalistas apenas em 1980. Helicópteros atirando nas casas e jogando bombas em plantações. Torturas, inclusive em crianças. Cerco, queima de casas e bens, ameaças. Nisso tudo estão envolvidos grandes grupos econômicos e seus jagunços, o INCRA, a polícia e até oficiais de Justiça! O objetivo é sempre expulsar o posseiro, arrendatários ou parceiro, para criar gado, plantar cana, implantar um projeto turístico, fazer uma reserva biológica. Quem financia? O dinheiro público, através do PRÓ-

ALCOOL, Banco do Brasil ou outro tipo qualquer de empréstimo. "A defesa firme dos interesses da classe tem feito com que o movimento sindical dos trabalhadores rurais, apesar do equilíbrio que caracteriza sua atuação, seja alvo da violência patronal e da repressão oficial. Violências contra trabalhadores e dirigentes sindicais tornaram-se fatos comuns no meio rural. Basta lembrar que somente em 1980 foram assassinados os líderes sindicais Raimundo Ferreira Lima, de Conceição do Araguaia (Pará); José Francisco dos Santos, de Correntes (Pernambuco); e Wilson Souza Pinheiro, de Brasília

(Acre), por terem assumido a defesa dos trabalhadores. E entre estes, também a partir de 1980, foram mortos José Gertuliano, Napoleão Silva, Cicero Catarino e Antônio Genesio Veras, nos municípios de Parnaíba e Caxias, no Maranhão; José Paulo assassinado em janeiro do corrente ano, no município de Nova Jacundá, no Estado do Pará e Francisco Sobrinho Lima, no município de Tauá, no Estado do Ceará. Todos foram vítimas fatais do braço armado da soldo da ganância ilimitada do interesse econômico, que já atingiu o advogado Eugênio Lyra em 1977 e vitimou o advogado Agenor Martins de Carvalho em 1980".

Amazonas

Em Boca do Acre, posseiros foram vítimas de despejos, violências e ameaças por parte de jagunços a soldo de grandes proprietários, com prisões de trabalhadores e dirigentes sindicais rurais.



Pará

O município de Conceição do Araguaia é palco de mais de 60 conflitos pela posse da terra, como o que ocorreu na fazenda Tupá-Cietran, onde o oficial de justiça, com a colaboração direta da polícia e de jagunços, comandou torturas em crianças, violências sexuais e queima de casas.

Em Paragominas, verificaram-se prisões em massa de posseiros que defendiam as suas posses contra a descabida pretensão de fazendeiros americanos e, no mesmo município, o trabalhador Antonio Cardoso da Silva foi assassinado a mando do fazendeiro Antonio Teixeira Barbosa.

Paraíba

Este é um dos Estados que apresentam conflitos de maior gravidade. A grande maioria de sua população rural é constituída de pequenos arrendatários e parceiros, atualmente ameaçados pela expansão da

pecuária e dos canaviais, estes últimos estimulados pelo PROALCOOL. Entre os conflitos destacam-se os verificados no município de Salgado de São Felix, nas terras de Alagamar, um latifúndio de

mais de 10 mil hectares do qual se pretendia a expulsão de mais de 700 famílias e ainda nos municípios de Caaporã e Pedras de Fogo, envolvendo mais de 120 famílias.

Pernambuco

O município de Igarassu registra tensão social em várias fazendas, atingindo cerca de 300 famílias, das quais 108 já foram expulsas da fazenda

Mulata. No município de Tacaratu verifica-se uma grilagem de 2.400 hectares, em terras tradicionalmente ocupada por centenas de posseiros, que passará a urr. só fazendeiro, amparado nos créditos concedidos pelo Banco do Brasil.

Bahia

A grilagem de terras chegou a ser investigada por uma CPI da Assembléia Legislativa deste Estado. Nos municípios de Içu e Boa Vista do Cupim as violências chegaram ao ponto da queima da residência do Presidente do Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Içu. Em Nique-Xique, no local denominado Retiro da Picada, todo o povoado foi invadido, queimado e os trabalhadores tiveram todos os seus bens destruídos.



Rio Grande do Norte

A fazenda Ingá, no município de Taipu foi objeto de pretensão de grileiro, que tentou expulsar, inclusive a tiros, 33 famílias, algumas com pessoas de mais de 70 anos de idade, nascidas e com residência permanente no local. Em virtude da reação dos trabalhadores e das lideranças sindicais rurais, o governo federal decretou a área de interesse social para fins de desapropriação.

Rio de Janeiro

Em Cabo Frio e São Pedro da Aldeia tenta-se a expulsão de cerca de 350 famílias de posseiros através de espancamentos e destruição da lavoura por gado e por tratores. Parati tem sido cenário de violências cometidas por gru-

pos econômicos, que desejam implantar projetos turísticos. Violências ainda mais graves ocorrem no município de Rio Bonito, onde chegou a ser assassinado o trabalhador rural José Ferreira Nunes.

Espírito Santo

Na região de Comboios (Linhares e Aracruz) trabalhadores que há mais de 50 anos ocupavam a área, com cultura efetiva e moradia habitual defendem-se das investidas do Governo Federal que pretende expulsá-los para a constituição de uma reserva biológica.

Mato Grosso do Sul

O INCRA, determinou a expulsão de 40 famílias de trabalhadores rurais das terras que ocupavam no município de Paranhos. Em Eldorado, Naviraí e Bataiporã, fazendeiros

adotam como norma jogar o gado na lavoura dos trabalhadores, visando a expulsão de 2.400 famílias de pequenos arrendatários.

Paraná

Em Ortiçueiro e Venceslau Braz, dois grileiros tentam expulsar quase mil famílias de posseiros, com mais de 50 anos de posse. O conflito sobre as terras da fazenda Curitiba, no município de Terra Rica, que começou envolvendo 180 famílias de posseiros, já apresenta saldo de duas pessoas mortas.

Minas Gerais

No lugar Serra das Araras, a grilagem tenta expulsar 700 posseiros, por defender seus direitos na Justiça e orientar outros trabalhadores para que fizessem o mesmo, foi assassinado o sindicalista Durval Ventura de Souza, ex-presidente do Sindicato de Frutal.

São Paulo

Nesse Estado verificaram-se conflitos nos municípios de Itapetininga, Angatuba, Urânia, Turmalina, Teodoro Sampaio e Andradina, atingindo mais de 2.500 famílias de trabalhadores rurais.

Rio Grande do Sul

A fazenda Sarandí foi desapropriada a mais de dez anos. Nenhum projeto de redistribuição foi ali executado.

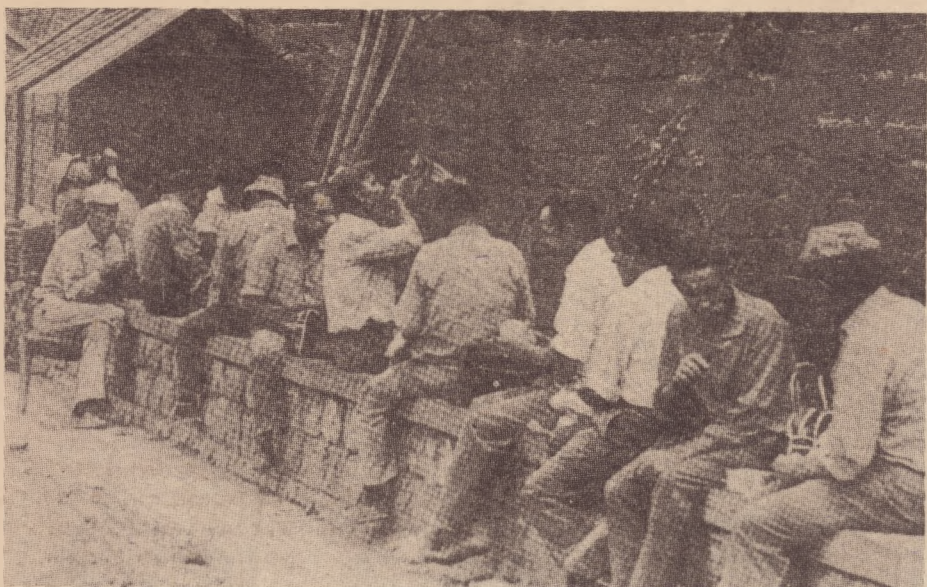


Maranhão

Queima de bens e de produção agrícola, destruição de benfeitorias, prisões, ameaças de morte a dirigentes sindicais, assassinatos de trabalhadores são ações comuns em todo o estado. No município

de Luiz Gonzaga foram queimadas 92 casas e outros bens dos trabalhadores, ficando ao relento mais de 600 pessoas, inclusive recém-nascidos, crianças e velhos.





Construção Civil / São Paulo A tijolada do pelego

Eles são 150 mil. Mas no máximo 6 mil estão sindicalizados com direito a voto. São os trabalhadores da construção civil de S. Paulo. Enquanto em Belo Horizonte, Porto Alegre e Vitória os pedreiros botaram prá quebrar, nos dois últimos anos, S. Paulo parece um paraíso para as construtoras. Enquanto o pelego mineiro era encostado na parede pelos operários e, em Vitória, a Oposição Sindical ganhava as eleições (em quatro scrutínios) a atual equipe de dirigentes paulistas se encastelou há 13 anos na entidade, sem enfrentar chapas de oposição.

A rotatividade de mão-de-obra na categoria é altíssima. Os dados oficiais, para o Rio de Janeiro, por exemplo, mostram que 26% dos empregados do setor tem menos de dois meses de casa; e 60% tem menos de seis meses. Além disso, alguns operários da oposição sindical falam de outra rotatividade, mais clara em S. Paulo: enquanto em B. Horizonte e Porto Alegre os trabalhadores são dessas próprias cidades, ou de suas proximidades, em S. Paulo os operários da construção constituem uma gigantesca massa humana flutuante, que vem de outros estados, ou de cidades longínquas do interior, voltando, freqüentemente, para seus lugares de origem.

Em todo o caso, segundo a oposição, não se deve subestimar o papel desmobilizador da diretoria sindical, que este ano por exemplo, imprimiu 35 mil convocatórias para depois distribuí-las por um método bastante estranho: eram deixadas na portaria das empresas e obras. Como os patrões e a vigilância não estão lá muito interessados em convocar assembléias de operários, é claro que já tinham um lugar para esses panfletos: o lixo. A oposição,

mesmo desaparelhada e com apenas dois mil boletins, conseguiu levar gente bastante para amedrontar a diretoria na assembléia.

● A pelegada, preocupada em evitar surpresas, tocou a reunião rapidamente, procurou impedir a palavra da oposição, usando até da violência física (armada, inclusive). Embanando a assembléia e obrigando a uma votação secreta, em urna, conseguiu fazer aprovar a sua posição: adotar a pauta da Federação (em si, não muito contestada pela oposição) e, principalmente, delegar poderes à diretoria para negociar com os patrões. E, desse modo, os pedreiros tem uma estranha pauta de reivindicações, que exige estabilidade para a "comissão salarial" que a diretoria conseguiu impedir de ser formada!

A opinião dos pelegos sobre os operários é a lenga-lenga repetida por um dos diretores: "é uma classe safada, desunida e sem-vergonha". Por isso, um dos negociadores da Federação, "representante dos trabalhadores", afirmou: "ao operário da construção só resta esperar o momento fatal".

Mas a oposição pretende continuar a luta salarial e se preparar para as eleições, que se darão em setembro deste ano. Nascida em 1976, ela tem agora oportunidade de acabar com a velha moda de chapa única no Sindicato. Para isso, pretende fazer um trabalho que vincule a atividade no Sindicato, nas obras e nos bairros de moradia dos operários, construindo, tijolo por tijolo, a união das pás, serrotes, fios de prumo e betoneiras. Sem picarestas... (Régis Moraes)

Metalúrgicos / São Paulo Três chapas na parada

Já está na praça a terceira chapa que concorrerá às eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Encabeçada por Aurélio Peres, ex-ferramenteiro da Caloi e deputado federal pelo PMDB, ela terá seu lançamento oficial nos próximos dias nas dependências do Sindicato.

A quase totalidade dos componentes da chapa vêm das maiores e mais importantes fábricas e São Paulo e possuem nada menos que seis anos de casa, além do fato de que vários deles são Cipeiros, membros das Comissões Internas de Previsão de Acidentes. — CIPAs. Isto está sendo apresentado como um grande trunfo para a Chapa 3, que não perde tempo e espaço para pichar a Chapa 2, chapa da Oposição.

Segundo Aurélio, "a Chapa 2 é frágil, não só porque seu programa é muito limitado, muito sindical", mas porque a maioria dos seus membros trabalha em "fabriquetas" e alguns deles têm "dois dias de fábrica". Criticar a oposição porque só consegue empregos em fábricas menores ou porque precisa ficar saltando de um emprego para outro, sempre foi até hoje argumento de policiais e de pelegos e agora, como parece ser o caso, de quem já esqueceu o que significa ser oposição e

mais ainda ser oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Quem já se esqueceu que uma das mais eficientes armas dos patrões contra os operários mais combativos sempre foi a dispensa e as barreiras para se arrumar novos empregos em fábricas importantes.

Nas eleições de 1978, por exemplo, Santo Dias da Silva, operário assassinado pela polícia na greve de 1979 e hoje homenageado como o nome da Chapa 2, era candidato a Vice-presidência. No entanto, a sua carteira profissional registrava um emprego de apenas alguns dias na pequena Mecânica Alfa, depois de trabalhar anos e ser despedido da importante Metal-Leve, com seus milhares de empregados. Se Aurélio Peres estivesse na composição da Chapa 3 de 1978 muito provavelmente vetaria o nome do Santo, por este ter "só uns dias de fábrica".

À Chapa 2 cabe responder a essas críticas com um amplo trabalho de mobilização de sua categoria, agitando nas portas de fábricas, dando-se mais a conhecer ao conjunto dos trabalhadores e, sobretudo, definindo e divulgando o mais amplamente o Programa Político da chapa, que estará sendo discutido na assembléia do dia 12. (Elvira Oliveira)



Jesus Carlos JORNACOOP

A Chapa 2, da Oposição, encabeçada por Waldemar Rossi

Telecomunicações / São Paulo

Oposição entra na linha



Consolidando um paciente e muitas vezes silencioso trabalho de base, os ativistas de oposição no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações de S. Paulo, enfrentando a máquina pelega e a ajuda dos patrões (empresas estatais), que tem, sistematicamente, despedido os trabalhadores

mais combativos, conseguiram agora registrar sua chapa para as eleições (junho/81), a chapa 2. Aqui um depoimento de Luiz Urban, candidato a vice-presidente pela chapa 2 — oposição sindical:

"A pelegada sentiu a barra e agora se apresenta renovada. Mas isso só significou que a diretoria efetiva da chapa atual é composta pelos delegados sindicais da antiga diretoria, tão pelegos quanto os anteriores. Mas não conseguiram enganar a categoria. A nossa mensagem, de um sindicato sem pelegos e sem patrões tem conseguido um apoio cada vez maior. Por isso, as empresas estatais tem movido a mais dura perseguição contra nossos companheiros, visan-

do dificultar nosso trabalho, e ajudando os pelegos.

Nossas dificuldades crescem na medida em que a base territorial de nosso Sindicato é todo o Estado de São Paulo, o que é quase impossível de ser coberto pela nossa propaganda. E a pelegada tem usado a máquina do Sindicato, descaradamente, em seu benefício. Exemplo disso são as eleições fajutas que estão fazendo no interior, onde estão 5.500 eleitores, num total de 13 mil. Esses eleitores deveriam enviar o voto através de carta nominal. A pelegada "inovou". Em diversas cidades, esses votos estão sendo mandados através dos departamentos pessoais das empresas. Com isso, fizeram as "eleições"

em apenas três dias, já. Os votos eram colhidos em caixas de papelão, voto aberto, arriscando o emprego de quem estivesse com a oposição. Ora, numa categoria que abarca, na verdade, três grandes empresas, perder o emprego implica sair da categoria, praticamente.

Diante dessa situação, estamos buscando impugnar essas eleições no interior, através de duas táticas. Primeiro, pela via jurídica. E ao mesmo tempo estamos levando um abaixo-assinado em diversas cidades, denunciando esse processo ilegal e descarado. É uma luta em que procuramos mostrar também como andam juntos a pelegada e as empresas estatais."

Eleição no CPERS/RGS "PARTICIPAÇÃO" Alternativa ao oficialismo

Realizam-se agora as eleições para o Centro de Professores do Rio Grande do Sul, nas quais concorrem duas chapas. Participação a chapa de oposição, e a chapa continuista Unidade e Ação, que faz tudo para não se caracterizar como situação.

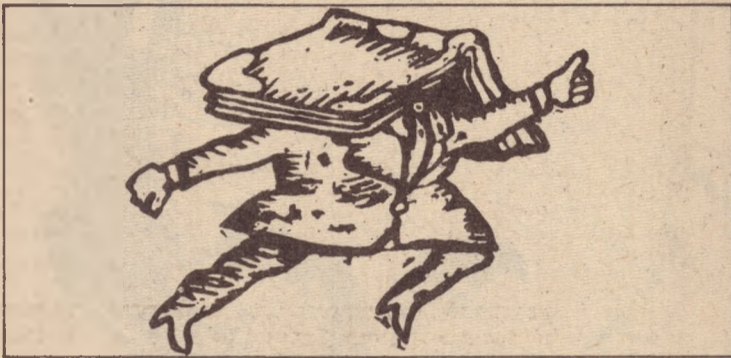
Da Sucursal

Durante as três semanas que precederam as eleições para a diretoria do Centro de Professores do Rio Grande do Sul - CPERS - as duas chapas concorrentes reviveram o clima de mobilização da última greve. Centenas de reuniões em escolas da capital e do interior permitiram que uma grande parcela do professorado discutisse o programa e métodos de lutas das chapas que disputam a diretoria do Centro, bem como a situação da educação no Brasil e as diferentes perspectivas de sua transformação.

O ponto principal de diferenciação e que se constituiu no eixo dos debates de chapa girou em torno da prática sindical de cada uma das articulações.

A chapa 1, **Unidade e Ação** encabeçada pela professora Zilá Totta, representando a linha de continuidade da atual direção, marcou sua campanha pelo compromisso em fazer cumprir o atual acordo, firmado no final da greve de novembro último.

Já a chapa oposicionista, **Participação**, de número 2 pautou sua campanha pela crítica ao burocratismo e falta de democracia interna da entidade, responsabilizando sua direção pelo estado de desorganização em que se encontra a categoria, pelo manobristismo na condução das lutas e por ter entregue os pontos



na última greve, impondo à categoria um acordo muito abaixo das suas reivindicações, num momento em que o movimento estava no auge de sua força. Com um programa sindical e educacional democrático e classista **Participação** teve de enfrentar a repressão das direções das escolas e Delegacias de Ensino, as críticas da grande imprensa e as calúnias levantadas pela chapa situacionista e seus adeptos. Como em toda eleição onde uma oposição consequente disputa com os pelegos, não faltou também a presença dos brigadistas do jornal **Hora do Povo** acusando a chapa 2 de divisionista, ou de "grupelho de comunistas infiltrados". Apesar de todos os percalços **Participação** atingiu seu objetivo maior: lançar na categoria uma alternativa de direção ao

oficialismo que há 40 anos caracteriza a entidade.

A chapa 1, por sua vez, apesar de contar ao seu favor a grande máquina eleitoral que é a estrutura burocrática do CPERS, fez de tudo para não se caracterizar como situacionista e assim não ter de arcar com a herança de traições da antiga diretoria. Apesar dos nomes ilustres que mobilizou para a fachada de sua política conciliadora, viu-se ameaçada pela oposição que capitalizou o descontentamento do professorado.

Essas eleições, que estarão se realizando no momento em que esta edição começa a circular, constituem-se num marco na história do movimento dos professores no Rio Grande do Sul. Seus resultados, e a avaliação da campanha serão publicados no próximo número.

Servidores públicos/MG Pelo direito à sindicalização



Num ato público que reuniu duas mil pessoas, os funcionários públicos mineiros retomam a mobilização que iniciaram em 1979, quando foram à greve. Como naquela época, reivindicam direitos elementares à qualquer trabalhador, como aumento salarial, 13º salário e direito à sindicalização.

Da Sucursal

Cerca de dois mil servidores públicos concentraram-se, no último dia 2, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. A pressão sobre os parlamentares visava as seguintes reivindicações: aumento salarial imediato, compensando as perdas da inflação, reajustes semestrais de acordo com o INPC, 13º salário, equiparação de aposentadoria com os funcionários da ativa e direito à sindicalização.

No Estado de Minas existem cerca de 500 mil funcionários públicos; dos quais 100 mil estão em B. Horizonte. Além dessa dispersão, a categoria enfrenta uma diferenciação de funções bastante grandes, somada ao fato de que seu vínculo com o Estado também é diferenciado: alguns são regidos pelo estatuto do funcionário, outros pela CLT.

A manifestação foi convocada pela comissão de mobilização da categoria, pela União Nacional de Servidores Públicos (UNSP), além dos Sindicatos dos Médicos e dos Trabalhadores em Telecomunicações, cujas bases estão em grande parte, vinculadas ao setor público.

A UNSP congrega 14 mil filiados, o mesmo número, por exemplo que o Sindicato dos Metalúrgicos de B. Horizonte e Contagem. Sempre foi uma entidade esvaziada. Com este movimento, viu-se lançada num trabalho junto às suas bases. Foi contrária à realização do ato público, mas encaminhou o movimento, embora de forma tímida. A mudança da situação pode implicar transformações na composição de sua diretoria. As eleições são ainda este ano.

Construção Civil / Pará A volta da Santa Aliança

Nas eleições para o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Belém do Pará, as oposições sofreram mais uma derrota. A antiga diretoria pelega, aliada com o que há de mais atrasado no movimento sindical brasileiro, venceu a Chapa 2, graças ao apoio da polícia, dos empresários, de outros sindicalistas pe-

gos e dos já de triste memória, seguidores do jornal **Hora do Povo**.

Entre os apoiadores da Chapa 1, não poderia faltar o pelego-policial Carlos Levy, presidente do Sindicato dos Bancários de Pará do Belém, já famoso nacionalmente pelas suas provocações, pelos seus ataques ao PT e ao Lula.

Trabalhadores rurais / Pará Dirigente sindical seqüestrado

Na esteira da repressão aos trabalhadores rurais, o Sindicato de Santarém, no Pará, vem denunciando uma série de arbitrariedades cometidas contra seus associados. Em primeiro lugar, as ameaças e perseguições que vêm sofrendo os trabalhadores residentes na comunidade de Igarapé Preto, na Rodovia Santarém-Cuiabá e mais recentemente, no dia 22 de março, a pri-

so de sete trabalhadores rurais de Santarém.

Permanecem presos sem nenhuma ordem judicial ou mesmo acusação conhecida os seguintes trabalhadores rurais: Ranulfo Peloso da Silva, Cristiano de Freitas Rosa e Raimundo Cícero, menor de idade. Ranulfo é diretor do Sindicato e se encontrava na região da transamazônica no desempenho de suas atividades sindicais. (E.O.)

Professores da rede privada / R.S. Campanha salarial de vento em pôpa.

Os professores da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul encaminham sua campanha salarial. Característico na campanha deste ano é seu empenho em alcançar conquistas que não se restrinjam aos índices de reajustes salarial. Na realidade nem de reajuste se trata. A inflação acumulada de março de 80 a março de 81 foi de 119,5%, as anuidades e mensalidades cobradas dos alunos das escolas e universidades particulares sofreram aumentos, neste mesmo período, sempre superiores a 120%, entretanto, o INPC para o reajuste semestral de março é de 46,1%.

A proposta patronal de 4 a 6% de produtividade, conforme a faixa salarial e a recusa peremptória de conceder qualquer reivindicação como: piso salarial,

limite de alunos por sala de aula, triênio, estabilidade para delegado sindical e estabilidade durante o ano letivo, pagamento de "janelas" nos horários e pagamento de reuniões, adicional por trabalho desenvolvido em casa e estabilidade por 90 dias para gestante, foram, por sua vez, "reprovados" pelos professores em assembléia geral no dia 28 de março.

A recusa da proposta patronal obedeceu a dois argumentos básicos debatidos na assembléia. O primeiro refere-se à produtividade proposta pela patronal, insuficiente para recuperar o poder de compra perdido com a inflação e, também, pela média de taxa de produtividade definida nos últimos dissídios judiciais em Porto Alegre, onde o TRT votou

sempre índices superiores a 6%.

O segundo argumento decisivo na Assembléia referia-se ao piso salarial muito baixo no Estado.

Os professores gaúchos, porém, não fecharam o diálogo com a patronal. No dia 2 de abril, uma Comissão de Negociação eleita na Assembléia, juntamente com a Diretoria do Sinpro, retomou as negociações com as escolas. Após duas horas de conversas, os representantes do Sindicato patronal resumiram sua posição: não mudavam em nada sua contra-proposta anterior.

Aos professores gaúchos não restou outra saída senão o dissídio judicial, forçando assim a definição da Justiça sobre uma série de reivindicações.

(Da Sucursal)

Um teatro contra a exploração capitalista

Entrevista com a Tribo Trupe Cooperativa de Palhaços, grupo teatral que apresenta no Rio de Janeiro a peça Bambaia ou Boca de Leão.

Da Sucursal

— Nós poderíamos começar falando sobre o trabalho atual de vocês, no teatro do SESC, o "Bambaia ou Boca de Leão"?

— Na linguagem dos papa-defuntos, "bambaia" é caixão de pobre e "boca de leão" é caixão de rico. É um texto de Odir Ramos que ganhou o prêmio do concurso nacional de dramaturgia do SNT em 1975 com o nome de "Sonho de uma noite de velório".

Nós fizemos um trabalho de adaptação, procurando registrar os avanços vividos pela classe trabalhadora nos últimos seis anos, uma vez que no original ela havia sido focalizada com bastante ingenuidade. Através dessa montagem procuramos atingir o núcleo central de todos os conflitos de nossa sociedade: a exploração proveniente do sistema capitalista de produção. São muitas as armadilhas dos patrões para que não nos unamos em torno dos nossos interesses. Enfraquecidos enquanto estivermos isolados, continuaremos dando o máximo de nossa força individual para o conjunto de sua produção.

— Seria interessante se vocês pudessem contar um pouco da sua história.

Na linguagem dos papa-defuntos "bambaia" é caixão de pobre e "boca de leão" caixão de rico.

— Em 1977 com o nome de Grupo "Corpo Presente" montamos "Strip-Tease" do polonês Slawomir Mrozek. A partir daí levantamos a questão do indivíduo com a sua liberdade, dentro de uma sociedade autoritária. Era um momento de repressão política intensa no país. Surgem os grupos de teatro "alternativos" ou de resistência". Era uma época de grande silêncio e medo, mas os espectadores, cansados do que estava sendo feito pelo teatro burguês, tendem a se cansar e procuram um novo teatro. Nós originalmente somos fruto desse processo.

— Isso quer dizer que vocês não seguem linearmente este processo?

— Bem, ocorre que o pessoal dessa época, muita gente, está hoje bem arrumada dentro da estrutura que está aí. Os companheiros tendiam muito a se agrupar conjuntamente, em torno de um trabalho, mas diluíam-se. E nos tentamos evitar isso.

— Ao nível do grupo existe portanto uma prática alternativa? Como é que ela se dá?

— Olha, nós procuramos levantar algum dinheiro para cobrir as nossas necessidades: rifamos coisas que as pessoas cediam para nós, fizemos um ciclo de palestras e debates sobre "O

Teatro Através dos Tempos" e com isso arrecadamos uns trocados. A partir daí decidimos que criaríamos um fundo para reservas com o qual montaríamos as nossas peças. Nós achamos que todos devem dividir todas as tarefas, e todo o dinheiro. Atuamos dentro e fora da cena, o que alivia as nossas despesas. Veja só: os grupos contratam, por exemplo, um cenógrafo, e pagam um preço fixo pelo trabalho dele. Ele vai lá e monta o nosso cenário. Acontece que a peça enquanto estiver em cartaz fica ganhando dinheiro com uma parte do trabalho dele. Assim, nós achamos que as pessoas implicadas nesse tipo de trabalho devem continuar recebendo por ele, enquanto for utilizado.

— Que tipo de dificuldades um grupo como o de vocês encontra?

— São várias, por exemplo a SBAT (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais), a sociedade garante os direitos dos autores (10% mínimo sobre o bruto da produção) junto à empresa capitalista. Mas por outro lado dentro de um esquema como o nosso 10% sobre o bruto da produção representa muito mais. No nosso esquema nós estamos sendo explorados por ele. Para come-



culdade para o grupo é conseguir um teatro para nos apresentarmos. Por exemplo, nos inscrevemos na concorrência do teatro Glaucio Gil. Eram grupos médios, pequenos, empresas, grupos alternativos. O teatro Glaucio Gil é um espaço do povo que está sendo administrado por esse governo dos patrões. A temporada de 81 foi dividida por três empresas que certamente teriam condições de alugar um teatro particular.

O palhaço é a forma que utilizamos para satirizar a personagem sem nos comprometermos com ela.

— E o teatro Cacilda Becker? Como está sendo usado?

— Bem, veio a abertura e o empresariado arrebatou o espaço avançado pelo teatro alternativo. Começou a usar a mesma temática, as mesmas formas, a mesma linguagem, mas desmontando a sua versão, criando coisas com um conteúdo diferente. Diante disso, os grupos alternativos passaram a reunir-se em torno da FETIRJ (Federação do Teatro Independente do Rio de Janeiro) que passa a ser o órgão representativo desses grupos, os mais variados possíveis. Com a regulamentação da profissão de artista, os profissionais reunidos em torno de produções socializadas, não puderam reunir-se mais em torno da FETIRJ, porque ela tinha estatuto de amador. Em consequência disso criaram o movimento do teatro independente, no Cacilda Becker.

— Voltando a falar do trabalho de vocês. Uma coisa que chama particularmente a atenção é o palhaço. Afinal o que contém o palhaço?

— Veja, o palhaço foi arrebatado pelo sistema. Nós negamos a condição de circense. Nós so-

contramos para satirizar a personagem, (o patrão ou o trabalhador) sem nos comprometermos com ela. É uma maneira de voltarmos ao antigo palhaço. Nós também usamos o palhaço porque achamos que apesar das coisas estarem aí do jeito que estão, devemos ver a mudança como uma coisa agradável, boa. Isso é bem diferente do discurso reformista que vê a revolução como uma coisa lamentosa. Nós procuramos ver as coisas a partir de uma perspectiva otimista, boa.

— Como é mesmo a questão do "espaço alternativo", e como vocês entendem que ele deve ser concebido pelas oposições?

— Olha só, nós por exemplo. Formando o nosso grupo, além de estarmos colocando as coisas, estamos abrindo questões. Nós somos um grupo socializado.

Acho que devemos procurar nos unir com outros grupos alternativos, procurar formar um grande esquema alternativo. Nós estamos querendo o socialismo, não é mesmo? Então porque isso não se pode começar a dar na prática desde já? As dificuldades que existem entre os grupos não deveriam constituir obstáculos para uma prática econômica alternativa. Precisamos unir as nossas possibilidades e as nossas forças.



mos o palhaço que saiu do sistema para formar a sua alternativa. Na história do palhaço, o bufo faz a sátira dos costumes dominantes da sociedade. A sociedade burguesa arrebatou-o e tira-lhe este aspecto — a sátira — transformando-o em bobo.

— Como é que entra a questão da diferença entre vocês enquanto atores e os personagens que vocês representam (palhaços)?

— O palhaço é a forma que en-

Miséria pura, salário não

Paródia de "Beleza Pura" de Caetano Veloso

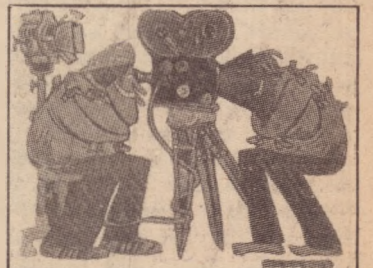
Por Arquimedes Carneiro

Ninguém segura
essa nação!
É ditadura,
é lei do cão:
Cadê a abertura,
não chega não!
É só tortura
e repressão...
Delfim segura
a inflação,
Maluf apura
a "subversão"...
É a "brandura"
do Lampião!
É só censura
salário, não!
Só amargura,
salário, não!
É só frescura,
salário, não!
Miséria pura,
salário, não!
É só agrura,
e demissão.
A fome é dura,
não agüento, não!
Essa loucura
não agüento, não!
Ninguém atura
mais isso, não!

Cineclube SOMOS

O Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, estreou domingo, dia 29/3 o cineclube do Somos com o filme "Dois Perdidos numa Noite Suja". O cineclube é uma tentativa de fazer da sede do grupo um espaço cultural e que poderá também mais tarde estar aberto para exposições, debates e teatro, além de arrecadar fundos para pagamento do aluguel.

O grupo passará a projetar outros filmes de 15 em 15 dias, aos domingos, à rua Abolição nº 244, Bela Vista, São Paulo. Este é um grande passo do Movimento Homossexual, que a cada dia conquista espaço com suas novas formas de atuação. Toda força prá vocês do Cineclube.



Bambaia ou Boa de Leão

Autor: Odir Ramos da Costa Com Tribo Trupe Cooperativa de Palhaços



Local: Teatro SESC Tijuca - R. Barão de Mesquina 539 De 4ª a domingo às 21 horas.

çarmos a ganhar dinheiro precisamos arcar com uma série de dívidas, assim antes do nosso trabalho render, já temos de ter coberto 10% da nossa despesa, isso no caso da peça não ser deficitária, porque se ocorrer isso, a SBAT nos tira os 10% independente de termos ganho dinheiro ou não. Uma outra difi-

“O silêncio é cúmplice da violência”

Sob esta bandeira cerca de mil pessoas saíram em passeata pelas ruas de São Paulo, no último dia 4, em protesto pelo assassinato de Eliane de Grammont.

Por Maria Tereza Verardo e Regina Fernandes

Cerca de 3.000 pessoas assistiram neste sábado, às 16 horas, à missa de 7º dia de Eliane de Grammont, celebrada na Igreja da Consolação, no centro de S. Paulo. Durante o sermão, que ficou a cargo do frei Carlos Alberto Libânio, o frei Beto, foi reafirmado que “o amor é liberdade, atrelá-lo a interesses é transformá-lo em ódio, o mesmo ódio que sustenta regimes de opressão e repressão”. A missa terminou às 16,30, com a irmã caçula de Eliane, Luciana, cantando “João e Maria”, de Chico Buarque, a música que Eliane cantava quando foi assassinada.

Logo após a missa, teve início a passeata que seguiu até o cemitério do Araçá, na Rua Dr.

Arnaldo (cerca de 3km) reunindo 1.000 pessoas, com um grande número de mulheres vestidas de negro, simbolizando o luto e o protesto pela morte de Eliane de Grammont.

Empunhando faixas com palavras de ordem “Mulher não é propriedade”, “O silêncio é cúmplice da violência”, e cartazes com os nomes de cerca de 30 mulheres vítimas de crimes passionais, a passeata seguiu marcada pelo ritmo de um tambor e de matracas.

Fato curioso, o trânsito ficou totalmente congestionado durante todo o trajeto da passeata e nas ruas paralelas foi interditado por um grupo de 10 patinadores que aderiu espontaneamente à manifestação.

Apesar das várias ameaças de morte e de bombas recebidas pelo SOS-Mulher, e apesar da queixa registrada na delegacia de Pinheiros pedindo garantias aos participantes, não havia nenhum policial nas imediações da passeata.

A caminhada durou duas horas e terminou no jazigo de Eliane com a leitura do documento distribuído pelo SOS-Mulher que denunciava a violência contra as mulheres, e com a palavra de D. Elena, mãe de Eliane, que “estava emocionada diante de coisa tão maravilhosa”, e disse: “espero que o criminoso não fique impune. Sei que Eliane está feliz neste momento”. Num clima de grande emoção, os manifestantes depositaram suas flores no túmulo da vítima.

SOS MULHER



Pelotas Casa do estudante livre

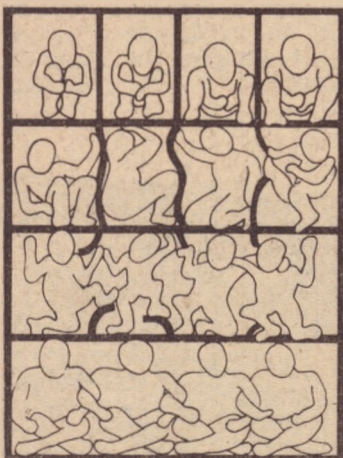
Da Sucursal de Minas

Depois de várias tentativas para acabar com a repressão imposta aos moradores da Casa do Estudante de Pelotas, onde era proibida a entrada de mulheres, foi organizada uma entrada coletiva de mulheres na Casa, conquistando finalmente o direito de entrar e sair livremente das suas dependências.

As tentativas de diálogo dos moradores, o reitor da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) só teve uma resposta: “levem suas negas pra outro lugar”, muito semelhante à resposta que o ex-reitor da UFRGS deu aos estudantes no ano passado quando também reivindicavam o livre acesso de mulheres à Casa do Estudante Universitário de Porto Alegre, mandando que “levassem as moças para o Parque da Redenção, que Casa de Estudante não é cabaré”.

A proposta de mobilização em torno da entrada de mulheres na Casa foi colocada pelos moradores em uma assembléia geral universitária, chamando os demais estudantes e as mulheres para participarem de sua organização.

Com a divulgação feita nos dias anteriores, criando um clima favorável, e pelo fato da casa de estudantes estar a poucas quadras do centro da cidade, a população de Pelotas parou no dia 31 de março pra ver as



mulheres entrarem, com a participação de cerca de mil pessoas entre a entrada, a concentração e os debates que houve depois.

No sábado antes da invasão, o reitor deu a resposta às reivindicações dos estudantes, onde apenas uma delas era atendida. Logo após a invasão, foi divulgada uma nova resposta por parte da reitoria atendendo todas as reivindicações dos estudantes da UFPel. Embora todo o meio estudantil estivesse envolvido na invasão, ela foi sustentada basicamente por aqueles que eram os mais atingidos: os moradores e as mulheres.

Seis meses de SOS-MULHER

No dia 10 de outubro de 1980, cerca de 400 pessoas fizeram uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal, em São Paulo, protestando contra o assassinato de Esmeralda Dias. Era o lançamento do SOS-MULHER. Seis meses depois, o SOS-MULHER volta às ruas para protestar contra o assassinato de Eliane de Grammont. Desta vez, cerca de 1.000 mulheres acompanharam a passeata. Esse aumento quantitativo não é nada casual, ele representa de fato um crescimento da consciência das mulheres de que a violência é consequência da posição marginal que ocupam na sociedade. Esta consciência está se concretizando em decisão de luta, de transformação das mentalidades, e na ampliação da solidariedade entre mulheres.

No decorrer desses seis meses, a simples existência desse coletivo voltado para a violência contra a mulher colocou às claras um problema enrustido. A questão veio à tona: começou a resposta pública, embora pontual, às diversas manifestações do machismo, da discriminação, e da opressão de que a mulher é vítima. Embora essa atuação tenha sido fragmentária, em maior ou menor grau todos os grupos feministas de São Paulo, e de outros estados do Brasil, estão assumindo este ponto chave da luta das mulheres. E uma fase transitória para uma nova atuação, uma atuação conjunta, mais sistemática e a nível nacional.

Para tanto deverá se realizar, em julho, em Salvador, uma reunião de todos os grupos de mulheres do Brasil para discutir a questão da violência contra a mulher.

Para o SOS-MULHER, essa atuação externa foi fragmentada por causa da mobilização do cole-

tivo em cima de apenas um dos seus objetivos: o plantão de atendimento, que é importante por ser uma prestação de serviços, por permitir um contato real com o cotidiano das mulheres e uma reflexão conjunta sobre as causas dessa violência. É importante mas não exclusivo. No entanto se tornou exclusivo pela batalha que se travou contra a falta total de infraestrutura para o trabalho. Todas as energias foram mobilizadas contra a falta de sede adequada, contra a falta de telefone para facilitar o trabalho, contra a falta de dinheiro para comprar o indispensável. Era tentar se tirar do nada alguma coisa.

Todas essas dificuldades impediram a definição de objetivos de atuação política clara. E geraram a frustração de se estar fazendo um trabalho apenas assistencial. Então, é sintomático que, seis meses após sua inauguração e no momento de um ato de denúncia clara do machismo, o SOS promova uma discussão interna, que deve definir e direcionar sua atuação política externa, definir a sua ligação com os movimentos populares, criar métodos para uma agitação constante em torno do tema através de publicações, debates e reflexão.

Neste momento, as inúmeras ameaças de morte e de bombas recebidas pelo SOS não se tornam restritas ao caso específico de Eliane. Pois na medida em que ele se restringisse a ser um órgão assistencialista e de pouca atuação política, seria visto com condescendência por todos os setores sociais. Mas no momento em que o SOS resolve dar maior ênfase e se organizar para um questionamento sistemático das estruturas sócio-econômicas e políticas que geram a violência e o machismo, ele perde esta condescendência e passa a incomodar o sistema estabelecido.

ARGENTINA

Perspectivas obscuras para o novo governo

Em março de 1976, ao derrubar o governo peronista, a junta militar se propôs a arbitrar as disputas internas da burguesia para levar a cabo um ataque frontal contra o movimento operário e sua dinâmica de independização política. A chamada "luta anti-subversiva" servia de cortina de fumaça para justificar este objetivo central. Ao mesmo tempo, pretendia sanear o aparato produtivo, recompor o quadro de crise aguda que açoitava o país naquele momento e, como tarefa de longo prazo, dar à luz a um partido político que capitalizasse a crise do peronismo e o fracasso do radicalismo (da União Cívica Radical, partido liberal argentino). Tratava-se de construir um partido capaz de superar a carência total de instrumentos políticos por parte da burguesia argentina para controlar efetivamente a sociedade.

Na semana anterior à ascensão de Viola as taxas de juros alcançaram 800% por semana (sic: não se trata de erro de imprensa); uma corrida contra o dólar esvaziava as reservas numa média de 200 milhões diários (coisa que vem ocorrendo desde janeiro), e todos os setores da burguesia defendiam a necessidade de um plano econômico de emergência (cinco anos de recessão e invasão do capital financeiro internacional levaram a indústria a uma situação de quebras em massa, paralisação e desmantelamento do aparelho produtivo).

O peronismo, o Partido Radical e outros menores (que tiveram 90% dos votos nas últimas eleições) receberam o novo governo com a demanda de um plano político urgente, capaz de canalizar o descontentamento social para a perspectiva de eleições. O movimento operário, por seu lado, está reconstruindo rapidamente a CGT que o governo dissolveu por lei, e suas direções burocráticas se somam ao protesto pela situação econômica e à grita por eleições livres.

Em meio a um colapso financeiro sem antecedentes no país, o general Viola assumiu, no final de março, a presidência da Argentina.

Por Marcelo Zugadi



Viola: um general ao estilo e gosto de Reagan

A junta militar batizou seu plano como "processo de reorganização nacional". A simples menção dos traços gerais da situação atual demonstra o rotundo fracasso deste plano.

Quem é quem na luta de classes hoje

Que ocorreu? Simplesmente, a junta foi incapaz de arbitrar o conflito interburguês; em poucos dias caiu nas mãos do capital financeiro internacional, e a partir daí seu governo se limitou a uma rapina de proporções nunca vistas na Argentina, que desemboca cinco anos depois em um agravamento de todos os elementos da crise que se abatia sobre o país em 1976. São os próprios chefes políticos da burguesia que fazem hoje esta afirmação. Atrás deste resultado se encontra a irremediável incapacidade da burguesia

para resolver a crise do país e a inquebrantável e cada dia maior resistência do movimento operário.

Em 1976 a chamada burguesia nacional saiu do cenário, e o grande capital (imperialista e nacional), com as forças armadas como guarda pretoriana, ficou como o único protagonista frente aos trabalhadores e ao povo explorado. O fracasso da junta permite, então, extrair três conclusões inequívocas:

1) o grande capital imperialista e nacional, inclusive com o apoio do conjunto da burguesia, e empregando os mais selvagens métodos repressivos, é incapaz de superar a crise econômica, quebrar a resistência do movimento operário e lançar as bases para um controle estável da sociedade;

2) a burguesia "nacional" e os partidos "democráticos" que fracassaram, primeiro, e depois se tornaram, por ação e por omissão, cúmplices da ditadura, não merecem a menor confiança, não apenas para resolver os grandes problemas da sociedade argentina, mas também para sequer garantir os direitos democráticos mais mínimos, e a subsistência digna dos trabalhadores;

3) o movimento operário, que resistiu desde o primeiro momento à ditadura e minou seus propósitos até levá-la à situação atual, ao provar que é a única força capaz e conseqüente na luta contra o imperialismo e o grande capital nacional, prova ao mesmo tempo que é a única classe capaz de encabeçar a luta pela democracia e a transformação da sociedade; e que deve ser sob a direção de seu programa e de sua organização política que se podem somar os demais setores democráticos, e não ao contrário.

A composição do governo Viola indica a intenção de reconstituir a frente burguesa. Isto supõe, antes de mais nada, uma virada brusca tendente a freiar a crise financeira e acabar com a recessão. Na falta de um plano coerente e viável, e de força política para aplicá-lo, a junta dividiu a pasta da Economia em cinco ministérios (!!!). Neste ministério coletivo, encabeçado por um tecnocrata, se acham representadas as linhas em disputa da burguesia. O semi-bonapartismo falido de Videla sobrevive com esta caricatura grotesca de governo de arbitragem.

As medidas econômicas adotadas na primeira semana do governo (não sem antes tornar públicas as diferenças internas que fizeram demorar sua aprovação) confirmam seu caráter híbrido. Uma desvalorização de 30% da moeda tende a diminuir a super-valorização do peso e a estimular as exportações. Impõe-se uma taxa de 12% sobre as exportações para "amortecer o impacto inflacionário" desta medida, porém esta taxa se reduzirá até desaparecer até o fim do ano.

A "abertura" de Viola

Assim, com as enormes dificuldades que a situação econômica apresenta (ver box) o panorama político é mais grave ainda.

A opressão econômica e a repressão desenfreada (com seu saldo de 30 mil detidos-desaparecidos, milhares de mortos e presos e dezenas de milhares de exilados) acumulou tensões sociais que crescem a cada dia e projetam uma nuvem de negros presságios sobre o horizonte das classes dominantes.

A oposição burguesa, as direções sindicais, e não poucos setores das forças armadas, esperaram o governo de Viola como possibilidade de encontrar uma saída política na encruzilhada em que se encontra a ditadura militar. Esta, contudo, está consciente de que qualquer afrouxamento pode converter-se em descontrolado total e se propõe a reafirmar os princípios do "processo



de reorganização" como primeira condição para toda abertura. Mas dado o fracasso total dos objetivos que enumeramos antes (e dos quais o mais notório é a impossibilidade de destruir a CGT), ocorre que toda abertura do jogo político está em contradição aberta com os fundamentos do "processo" (basta pensar

nos reclamos pelos 30 mil desaparecidos).

Em tais condições, sem excluir as conspirações que buscam um "golpe-cívico-militar" de caráter populista, os maiores esforços dos partidos burgueses apontam na direção de montar uma "Frente Nacional" ou uma "Frente Cívica", segundo os casos, como meio de impedir que os trabalhadores apresentem a sua alternativa própria, e de evitar que a agonia da ditadura leve a uma confrontação de conseqüências imprevisíveis.

A luta pelas liberdades democráticas - que no plano político se resume na consigna de Assembleia Constituinte - e o esforço para edificar uma força política independente dos trabalhadores, dominarão o futuro imediato da Argentina, em um marco de instabilidade política, crise econômica e polarização social.

Os números da crise

Nos últimos 10 meses quebraram 36 bancos e casas financeiras (entre eles, os cinco primeiros bancos privados) e igual sorte tiveram 3 dos grupos econômicos mais importantes do país (Oddone, Greco e Sasetru). Eram estes exatamente os bancos e trustes (cujas diretorias estão em grande medida integradas por chefes militares e personagens da junta) os que estavam destinados a consolidar-se segundo o plano econômico. Sua estrondosa derrocada mostrou que este plano evidenciou em favor do grande capital e do imperialismo.

Durante o governo militar a dívida externa passou de 8,5 a 30 bilhões de dólares; as

reservas caíram nos últimos dez meses de 10 a 4,6 bilhões de dólares; destes, apenas 2,5 bilhões são disponíveis, enquanto nos próximos 9 meses o governo deve fazer face a vencimentos de 20 bilhões de dólares...

Na última semana do governo de Videla, centenas de empresas e bancos se declararam em insolvência, levados por uma alta alucinante das taxas de juros, que na média semanal representavam 4000% ao ano, e atingiram o limite de 800% na semana. "Depois de março, o dilúvio", era o título dado pelo diário Clarín à análise econômica com que saudava a chegada de Viola ao governo.

AMÉRICA LATINA

COLÔMBIA:
Escritor exilado

O conhecido escritor colombiano Gabriel García Márquez, chegando no México na qualidade de exilado, declarou que em seu país "há uma dualidade de poderes porque os civis ignoram o que fazem os militares". "Grandes zonas do território colombiano", assegurou García Márquez, "estão controladas pelas forças armadas e nestas condições não se conhece a realidade do país".

"O desembarque de guerrilheiros do M-19 e seu enfrentamento com o Exército" — diz García Márquez — "criou uma situação nova, e em zonas de controle militar absoluto não se sabe quantos colombianos foram mortos e enterados em fossas comuns, nem de feridos, torturados e sobreviventes, porque os militares não fornecem informações".

Quanto à suspensão de relações com Cuba, García Márquez afirma que "não se fizeram públicas as provas que o governo diz ter" a respeito da suposta ingerência cubana no território colombiano.

Dez mil soldados foram mobilizados para atacar o foco guerrilheiro no noroeste do país. O ex-presidente Carlos Lleras Restrepo denunciou na segunda-feira, 30 de março, que "está em marcha um golpe militar na Colômbia".

URUGUAI:
Golpe na surdina

Numerosas remoções nos altos comandos do Exército e no próprio governo ocorreram no Uruguai em 26 e 27 de março, no que foi qualificado de "golpe de Estado".

O Gal. Jamandu Trinidad assumiu o cargo de ministro do Interior em substituição ao Gal. Manuel Núñez, responsável pela convocatória do plebiscito que terminou em um rotundo fracasso para a ditadura militar em novembro passado. Jamandu Rodríguez negou que se tratasse de um golpe.

Também foram removidos o chefe de polícia, coronel Arregui, e o Gal. Alberto Balestrino, diretor da Escola de Armas e Serviços. Ambos eram reconhecidos como ultra-direitistas, integrantes da "linha dura" do Exército.

NICARÁGUA

Conspiração de burgueses e imperialistas sofre derrota

Por Marcelo Zugadi

No dia 15 de março verificou-se um triunfo da marcha inexorável que vem aprofundando a revolução na Nicarágua.

O MDN de Robelo (representante do empresariado que rompeu com o governo em março de 1980) havia programado para aquela data uma concentração que previa reunir 60 mil pessoas. O governo autorizou o ato, apenas fixando a sua realização fora da capital, em Nandaime, uma localidade a 60 km de Manágua. Mas essa mobilização se deu num marco de crescentes pressões do imperialismo, ataques armados da ex-guarda nacional, que se concentra em Honduras e choques violentos com os cada dia mais agressivos partidários do MDN.

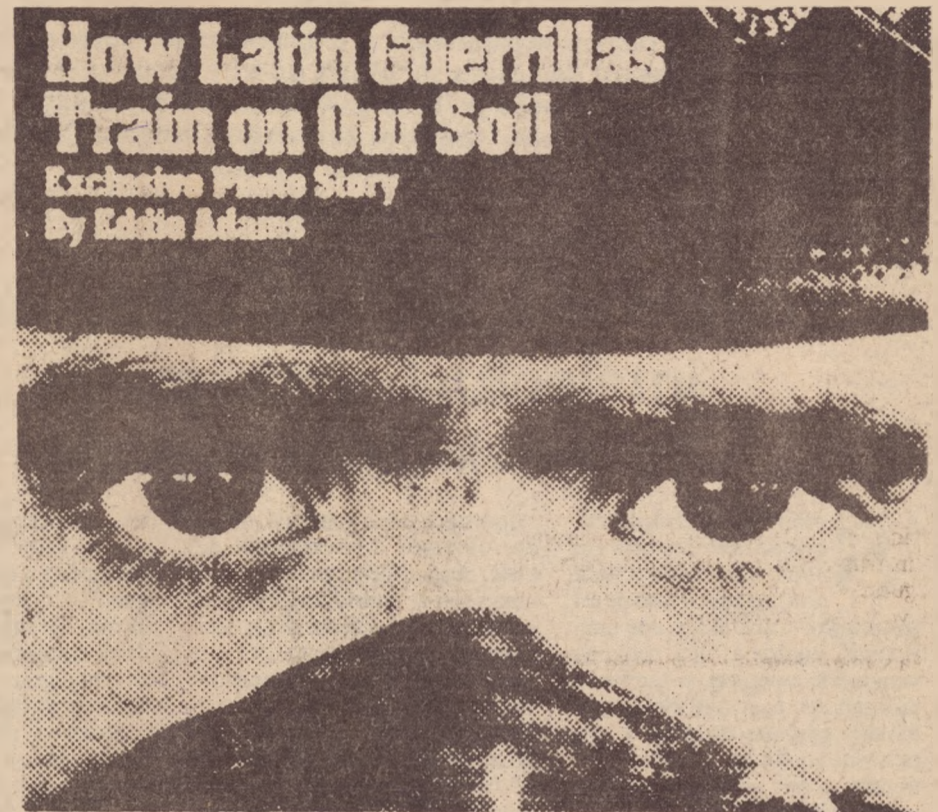
É altamente instrutivo para a compreensão da dinâmica da revolução nicaraguense e do papel de sua direção, o método utilizado para colocar-se diante da conjuntura: o governo autorizou o ato, a Frente Sandinista guardou silêncio; as organizações de massa — dirigidas pela frente — promoveram uma mobilização denunciando o caráter provocativo contrarrevolucionário do ato do MDN. A comandante Leticia Herrera, secretária geral dos Comitês de Defesa Sandinistas (CDS) conclamou "todo o povo a se mobilizar, realizar comícios, fazer barricadas e ganhar a rua para repudiar o robelismo".

As bases, por sua vez, responderam rápida e massivamente ao chamamento, trabalhando com uma decisão e uma contundência tais que espantaram a burguesia. Uma rádio que propagandeava o ato do MDN foi queimada e vários partidários locais de Robelo sofreram ataques. Dirigentes da Frente tiveram que intervir para evitar o empastelamento do jornal **La Prensa**, porta-voz da burguesia. A oposição burguesa lançou uma campanha mundial denunciando os fatos, mas retrocedeu e suspendeu a convocatória para o ato de Nandaime.

No mesmo dia (sábado, 14) o comandante Bayardo Arce, Coordenador da Comissão Política da FSLN, falou pelo rádio para dirigir-se à militância sandinista "para que, como militantes de vanguarda, se coloquem à frente de nosso povo, a fim de conduzi-lo corretamente neste momento tão crítico". "É óbvio — continuou Arce — que estamos diante de uma provocação dos setores adversos à revolução (...) Nós acreditamos que é dever de todos os militantes sandinistas colocarem-se à frente de nosso povo e evitar que as justas manifestações de protesto não vão longe demais, não caiam exatamente nos objetivos da provocação".

Um editorial do diário **Barricada**, órgão da FSLN, intitulado "As lições do sábado", qualificava, na segunda-feira, dia 16, os acontecimentos como "colossal movimento social" e extraía como principal conclusão que a partir desta data ficavam "claramente redefinidas as condições pra a unidade nacional e (seria necessário) tomar todas as medidas restritivas que impedissem a atividade da contra-revolução".

"Pluralismo, só em benefício da Revolução", era o título de outro artigo de **Barricada** que afirmava: "fica clara a vontade popular de depurar os marcos e o conteúdo da unidade nacional, do clima



Capa da revista Parade, editada pelo diário norte-americano Washington Post, com a foto de um mercenário e um título que diz: "Como as guerrilhas latino-americanas são treinadas em nossa terra". Uma referência aos grupos de direita preparados nos EUA para a possível intervenção do imperialismo na América Central.

de liberdade política e do pluralismo. Não podemos permitir que os setores reacionários, em aliança com as forças externas, instrumentalizem meios de comunicação poderosos, a ampla liberdade política e de expressão para voltarem-se contra o processo revolucionário e a Unidade Nacional. A Unidade Nacional, o pluralismo e as liberdades são possíveis apenas em função do projeto revolucionário". A imprensa internacional comparou imediatamente estes conceitos com a famosa palavra de ordem de Fidel Castro: "Dentro da Revolução — tudo; fora da Revolução — nada".

No mesmo dia 16, a FSLN dava a conhecer uma declaração de 10 pontos que girava em torno do mesmo conceito: "os políticos irresponsáveis que tratam de usar a ação política que a Revolução lhes permite, única e exclusivamente como instrumento de desestabilização e questionamento, poderiam provocar uma ação determinante do povo que altere as regras do jogo que têm sido colocadas. A FSLN saberá a todo o momento colocar-se à frente do povo qualquer que seja a sua decisão".

Uma operação global do imperialismo

Os demais pontos da declaração acentuavam a necessidade de consolidar os CDS na tarefa de vigilância revolucionária e atribuíam toda a responsabilidade do ocorrido aos políticos burgueses.

No mesmo domingo, dia 15, o diário americano **Washington Post** publicou um longo artigo que de fato situava o intento de Robelo nos marcos de uma operação global do imperialismo para invadir Cuba, Nicarágua e El Salvador.

O artigo do **Washington Post** denunciou a existência de campos de treinamento para cubanos e nicaraguenses ao servi-

ço da CIA que preparam a invasão na América Central. O artigo assinala a forma "aberta e extensa" em que atuam estes grupos com base em Miami, Everglades e Keys. "Um dos maiores e mais povoados campos guerrilheiros da Flórida — diz o **Washington Post** — hasteia três bandeiras no seu interior: a norte-americana, a cubana e a nicaraguense".

José Francisco Cardenal, ex-membro da Câmara patronal da Nicarágua, e ex-vice presidente do Conselho de Estado, é um dos chefes destes preparativos.

"Agora mesmo existem pelo menos 10 organizações para-militares — continua o **Washington Post** — que operam na Flórida. Algumas delas realizam propaganda para ganhar recrutas através das estações de rádio de língua espanhola de Miami e falam livremente de seus propósitos".

Estes preparativos, denunciados pela própria imprensa burguesa nos EUA, se complementam com uma campanha muito maior que tende a isolar Cuba diplomaticamente e que aponta na direção de bloquear seu comércio exterior como passo preliminar a uma invasão. Não é outra coisa, por exemplo, o assalto contra a embaixada do Equador em Cuba, organizado por um diplomata português que trabalha para a CIA; ou a absurda acusação do governo colombiano, tentando justificar a ruptura de relações diplomáticas com Cuba sobre a base de uma suposta declaração de um "guerrilheiro arrependido".

É necessário que em todo o mundo, e particularmente na América Latina, se realize uma campanha massiva contra o intento ianque de criar um novo Vietnã na América Central. Vários organismos brasileiros defensores dos direitos humanos e de solidariedade com os povos latino-americanos começaram a discutir um plano neste sentido.

Os sindicatos poloneses vistos pelo "Bloco Socialista" — II

Como os acontecimentos poloneses estão repercutindo dentro dos países socialistas do leste europeu. Aqui a continuação do balanço iniciado em nossa última edição quando tratamos do caso da Alemanha Oriental e da União Soviética.

Por Wagner Cardoso

Tchecoslováquia: a dissidência intelectual aproxima-se do movimento popular

Sofrendo as conseqüências da invasão russa em 1968, a oposição tcheca ainda está em fase de estruturação. Cabe assim aos intelectuais, unidos a uma pequena vanguarda operária, a tarefa de reorganizar todo aquele amplo movimento que durante a primavera em Praga, o mundo conheceu como sendo o "socialismo com face humana".

Conforme a revista de oposição "Listy", redigida em Praga e distribuída externamente a partir de Jiri Pelikan — um velho dissidente, hoje confinado ao exílio — tudo ainda se encontra "quase em ponto de partida", pois para saberem quais seriam as respercussões do "verão polonês", eles tiveram que redigir um questionário intitulado "Cinco

respostas a uma questão", dirigido sobretudo à intelectualidade. Dele, desprende-se por exemplo, uma série de considerações, mostrando as várias faces desta oposição. À pergunta feita, "O que você deduz, para a nossa realidade, da experiência do Solidariedade"? De uma maneira geral, os entrevistados, apesar do grau de instrução e politização — professores secundários padres, cientistas, funcionários do Estado, biólogos, antigos membros do PCT (Partido Comunista da Tchecoslováquia) — fazem um balanço extremamente moderado da experiência de 68, tirando daí as conseqüências quanto ao "estado atual do movimento popular", que é de completa apatia. Localizam a todo momento, a desmoralização e desmobiização do

povo, fatores que freiam, a curto prazo, uma possibilidade de saída para a chamada "normalização". Um ex-membro do PCT afirma melancolicamente: "Tenho a impressão que os poloneses têm algo que nos falta. A começar pela história de um povo oprimido — mas jamais esmagado —, que sempre se defendeu com unhas e dentes. Creio que nós sempre fomos moderados, chegando ao absurdo de colaborar (uma pura desculpa para nossa fraqueza!) com os dirigentes em nome das "conseqüências incalculáveis". Em nome deste pacto "estamos pagando o preço até hoje".

... Esquecendo-se de organizar o povo ...

Em síntese, eles acham que as "deparações" no seio do partido,



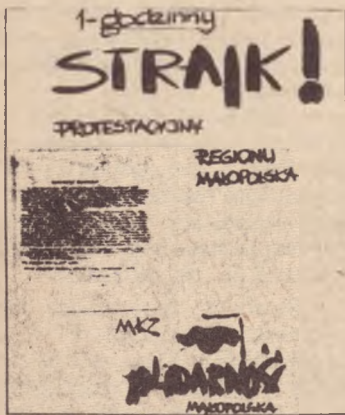
Cartaz do filme polonês "Operários 80" que relata a greve de agosto do ano passado.

ocorridas em 68, juntamente com a repressão aos setores de vanguarda do movimento popular, dão a tônica da diferença face à oposição polonesa. "Os poloneses tiveram ao menos, um elemento de união" durante anos, que foi a Igreja", dizem alguns, mostrando que ainda confiam nas dissidências internas do PCT e da Igreja, esquecendo-se de organizar o povo. Certos entrevistados chegam até mesmo a aconselhar os atuais dirigentes tchecos a "olharem a experiência polonesa e daí extrair lições, quanto à maneira passiva de enfrentar as reivindicações, pois nossa situação econômica também está à beira dos níveis catastróficos, obrigando aos trabalha-

dores, mais cedo ou mais tarde, a saírem às ruas."

Esse questionamento foi importante para mostrar o grau de confusão e mesmo desespero de parte da dissidência tcheca. Pois, se formos ver atentamente, em função da própria história recente, o balanço é um pouco diferente. A começar pela própria "Carta 77" — tentativa de formular um programa alternativo —, e depois com a constituição do V.O.N.S., que pelo seu caráter, cumpre hoje a função do que foi o KOR polonês. Aliás, quando no ano passado, Petr Uhl e outros 10 animadores do VONS foram condenados a duras penas de prisão, houve ampla mobilização popular em Praga e em outras cidades.

Romênia: na rota do Solidariedade



De todos os países do Leste europeu, é na Romênia que as autoridades mais parecem temer as conseqüências de uma "influência maléfica" do espectro polonês, garante Mihnea Berindei, exilado rumeno, na revista "Alternative", de fevereiro de 1981.

A grave crise econômica que assola esse país é uma das origens do temor: dívida externa de 6,7 bilhões de dólares em 1979, deficit da balança comercial de 1,2 bilhão de dólares para com os países capitalistas em 1979. E com um agravante: a maioria dos objetivos do plano quinquenal 1976-1980, no setor da indústria extrativa, energética, siderúrgica, química, de construções mecâ-

nicas, de bens de consumo e alimentício foram um fiasco. Quanto à renda "per capita", a Romênia encontra-se no penúltimo lugar na Europa, antes da Albânia. O operário romeno trabalha 46 horas por semana e só tem doze dias úteis de férias (15 dias após cinco anos de trabalho e 24 dias após vinte anos.). Os domingos de "trabalho voluntário" e as altas dos preços, não seguidas de aumentos salariais, formam o quadro geral.

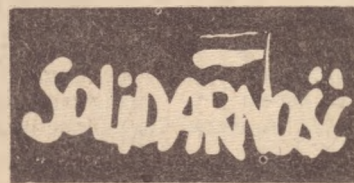
O descontentamento dos operários exprime-se cada vez mais. "Desde 1977, assistimos a um fenômeno novo: a emergência de uma tomada de consciência operária e o aparecimento de uma oposição aberta, organizando-se, face ao poder.", afirma M. Berindei. "Três momentos importantes provam esta evolução", continua ele: a greve dos mineiros do vale do Jiu em 1977, a criação em fevereiro de 1979, do Sindicato livre dos trabalhadores da Romênia e as greves dos meses de junho, julho e agosto de 1980."

Em agosto de 1977, 35.000 mineiros de toda a região do vale do Jiu, colocaram-se em greve e ocupando a mina de "Lupeni". O

movimento pedia "a supressão de uma lei de julho/77, que previa para importantes categorias de trabalhadores, uma diminuição de 30% dos salários e dispensas em massa; a melhora das condições de trabalho e de segurança nas fábricas; a supressão das jornadas extras de trabalho obrigatório não retribuídos; e a melhoria na distribuição de gêneros alimentícios."

Uma verdadeira justiça social

Em fevereiro de 1979, uma nova etapa da contestação operária é atingida: a organização e estruturação do "Sindicato livre dos trabalhadores da Romênia" (SLOMR), apresentando pela primeira vez, um programa de reivindicações sócio-econômicas. Os especialistas romenos dizem que a semelhança entre estatutos do SLOMR e do "Solidariedade" são nitidas.



Além disso, eles pediam uma verdadeira justiça social, e nas relações de trabalho; iriam lutar contra o desemprego, os despedimentos, as más condições de trabalho, de higiene e de segurança nas fábricas; contra o aumento da cadência, pela revisão do sistema de remuneração e da aposentadoria; pedia o respeito do tempo livre e da redução da semana de trabalho, etc. Toda uma série de reivindicações que a exemplo do "Solidariedade", incomodavam os burocratas: diminuição dos privilégios dos dirigentes, o livre acesso aos meios de comunicação. Mas esta experiência só durou dois meses, depois a repressão brutal se abateu sobre esta vanguarda.

Mas se o SLOMR teve que ir para a clandestinidade e por isto, distanciar-se do movimento operário e popular, as sementes começaram a brotar...

Durante os meses de junho, julho e agosto de 1980, os operários romenos desencadearam uma série de manifestações e greve. Protestando contra o aumento da cadência (aumento da



"Strajk" (greve, em polonês), uma palavra que começa a reçoar para além da própria Polónia.

produtividade), as más condições de trabalho, salários baixos e péssimo abastecimento alimentar: eles conseguiram se reorganizar e de forma massiva. A ocupação das fábricas foi a tônica: dois dias na fábrica "Steaua Rosie", quatro dias na "23 de Agosto", situadas em Bucarest. E só cederam quando suas reivindicações foram aceitas e com a presença oficial de Ceausescu nos locais de conflito.

VIRAMUNDO

ESTADOS UNIDOS:

Os estilhaços do atentado

O show de relações públicas do governo americano não conseguiu disfarçar por muito tempo alguns dos grandes problemas com que se defronta a classe dominante dos Estados Unidos: substituíram o "incompetente" Carter por um bom ator, que não é necessariamente um bom político. E já está dando provas disso. Se conseguiu disfarçar a gravidade de seu ferimento quando chegou no hospital, não pode fazê-lo por muito tempo, e os informes sobre a sua saúde já são preocupantes, indicando a profunda inquietação de seus assessores quanto ao restabelecimento.

E nesse momento aparecem as fissuras no aparato governamental. O general Haig tenta, numa cena grotesca, usurpar por algumas horas o poder. O secretário do Exterior fala em armar a China como uma represália contra uma possível invasão soviética da Polônia e tudo isso num caldo de doutrinação anticomunista cada vez mais intensa. Os cargos subalternos dos órgãos de decisão ainda estão vagos, deixando decisões importantes na mão direta de poucas pessoas. E o mais grave: o bicho está sem cabeça, mas como os braços são bastante fortes, e armados com bombas que destruiriam o mundo em poucas horas, para quem viu na televisão essa semana o "Doutor Strangelove", a coisa é bastante assustadora...

TAILÂNDIA:

O fracasso não é só dos golpistas

Nem a própria ultra-direita entende-se mais naquele ponto chave do Sudeste Asiático. Depois de várias depurações no exército do país, ainda subsistem divergências tão grandes a ponto de provocar um golpe de estado que, embora fracassado, é bastante sintomático. Lembremos do Vietnã de Diem, Cao KY e Van Theiu alternando-se como salvadores da pátria. A coisa era clara: o estado burguês estava caindo de podre, e havia quem o derrubasse. A Tailândia parece estar seguindo um caminho similar, embora esteja contando com a ajuda inesperada da China comunista, na luta contra a guerrilha comunista e muçulmana, além do famigerado Khmer Rouge. Nesse caso, os pontos de apoio dos Estados Unidos no Sudeste Asiático estão desmoronando, uma vez que a Malásia está em situação ainda pior.

EM TEMPO:



UM JORNAL AO LADO DOS TRABALHADORES

faça sua assinatura

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57
Pinheiros - SP.
CEP: 05414
Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 800,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()
Nome:
Endereço: Bairro:
Cidade: Estado: CEP:

Por um
EM TEMPO:

cada vez melhor

Balanço final da campanha:

Metas cumpridas

A ambiciosa campanha lançada pelo EM TEMPO no início de janeiro "1.000 novos assinantes até março" — foi praticamente um sucesso cumprindo 95% de suas metas. Encerrado o prazo definido, os números são os seguintes: a título de receitas extraordinárias (por conta da campanha) foram contabilizadas na sede do jornal até o último dia 5 de abril Cr\$ 759.180 o equivalente a 946 assinaturas anuais normais, atingindo assim 94,6% das metas propostas inicialmente. Agora é bola prá frente rumo a um EM TEMPO cada vez melhor.
Saudações entempistas, |A Diretoria.

Campanha financeira
1.000 novos assinantes até março

Relançamento da Escrita Ensaio

No dia 9/4, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 20 horas, será lançada a nova série da Revista Escrita/Ensaio, com uma homenagem a Florestan Fernandes, entrevistado do 1º número.

A revista pretende aprofundar uma idéia das duas últimas edições da antiga safra, voltados para assuntos sindicais: a "centralidade operária" na questão democrática e nacional. Marcada por uma forte influência lucaksiana e pretendendo recuperar o marxismo ortodoxo, o "marxismo dos clássicos", traz uma entrevista com Lucaks e um texto de Lenin inédito no Brasil, a respeito da construção e organização do partido operário. Além do mais, uma série de pequenos ensaios procuram dar conta do modo de desenvolvimento capitalista no Brasil, suas particularidades e desventuras. Completam o texto documentos e informes sobre lutas sindicais: um texto do metalúrgico Wagner Alves, do ABC, e um quadro do sindicalismo rural de Pernambuco (zona da mata). O conselho editorial da revista, muito maior que o anterior, cria expectativas para os próximos números. Contudo, não se pode deixar de comentar, ainda que numa nota tão rápida como esta que, uma revista que pede polêmica e investe agressivamente contra uma série de posições políticas conservadoras, não pode descuidar da clareza, bastante prejudicada na nota introdutória assinada pelo "coordenador geral", J. Chasin.

Leia e assine Cadernos do Ceas

Lançamento da Nova Fronteira

"O que aconteceu para que um menino, nascido em Garanhuns, Pernambuco, no dia 27 de outubro de 1945 — dois dias antes da deposição de Getúlio Vargas — chegado a São Paulo de pau de arara, se transformasse em um dos protagonistas principais do processo brasileiro de nossos dias?"



ASSINE

FALA, PARANÁ

Nossa assinatura para 12 edições custa Cr\$ 400. Mas você pode contribuir mais para a consolidação do "Fala, Paraná" optando por uma assinatura de apoio, a Cr\$ 1 mil, pelas mesmas 12 edições. Colabore com a imprensa independente do Paraná.

- Para 12 edições — NORMAL — Cr\$ 400,00
- Para 12 edições — APOIO — Cr\$ 1.000,00

Nome _____
Idade _____ Profissão _____
Endereço _____
fone _____ Cidade _____
Estado _____ CEP _____

Estou enviando em anexo o cheque nº _____
pagável em Londrina, em nome de Edições Paraná S/C — Editora de Livros, Jornais e Revistas, rua Raposo Tavares 874, Londrina, PR CEP 86.100

Curso de fotografia

Começa dia 6 de abril o curso básico de Fotografia — escola e oficina de fotografia — sob a direção de Gil Eanes. As matrículas estão abertas na rua Maria Antônia, 228, conjunto 6, fone: 255-0679

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Ayres, Sérgio Allí, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Arte: Sérgio Papi e Paulo Roberto Borges

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - R. Francisco Leitão, 57, Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680;

Impressão: Editora Joruês - R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

— Lula, qual a avaliação que você faz do acordo assinado este ano entre os metalúrgicos e a FIESP?

— Eu acho que a campanha salarial de 1981 resultou naquilo que a gente mais ou menos podia esperar depois do clima criado pelo governo, pelos empresários, o clima de desemprego. O que é muito importante, e isso é o grande fruto de nossa campanha salarial, é que todos os trabalhadores de São Bernardo têm hoje consciência de que o acordo foi ruim, de que nós não conquistamos aquilo que motivou nossas lutas em 1978, 1979 e 1980. Mas, por outro lado, os trabalhadores têm consciência de que o momento não é o melhor para a luta sindical, de que o momento é muito mais da gente se preparar para daqui a algum tempo do que efetivamente fazer uma nova greve em cima do clima de terror criado durante seis meses pelos meios de comunicação a serviço do próprio governo. Daí porque a assembleia foi unânime em aprovar que a gente deve continuar se mobilizando, a gente vai continuar fazendo reunião por empresa, vai continuar preparando a categoria para criar o momento oportuno de negociar o que nós não conquistamos, ainda este ano. Eu acho que há uma determinada frustração em todo mundo, muito mais como efeito psicológico porque fazia três anos seguidos que a gente balançava o coreto da classe empresarial, balançava o próprio regime quando a gente decretava greve. E este ano, depois de nossas experiências, nós achamos melhor não decretar a greve, pelo menos, nesse momento.

Vamos continuar preparando a categoria para criarmos o momento oportuno de negociação ainda este ano.

Então, os trabalhadores, eu acredito que pelo menos 99% tem consciência de uma coisa: o acordo é ruim. O acordo, não representa o avanço e a organização da categoria. Ele não é resultado da preparação da categoria este ano, ele é o resultado da preparação do regime que se articulou para evitar que nós pudéssemos fazer uma outra campanha como nós fizemos em 80.

Históricamente, nós temos que as grandes conquistas da classe trabalhadora se deram nos bons momentos econômicos, não se deram em maus momentos quando há uma retração econômica. A partir do momento em que há uma retração e ela repercute no mercado, na sociedade, há dois climas. O primeiro clima é de trabalhadores que estão desempregados e querem brigar e um clima de trabalhadores que estão trabalhando e não querem brigar exatamente como forma de tentar, sendo bonzinho, garantir seu emprego. Há o problema da insegurança que é total.

— Um fato interessante que se ouve comentar na base é o seguinte. Porquê você não participou diretamente nas negociações?

LULA

Porque o acordo foi ruim

O líder sindical dos metalúrgicos do ABC faz um balanço da campanha salarial deste ano.

Por Vilma Amaro

Com sua preocupação voltada para a assembleia no próximo dia 26 em Vila Euclides, quando serão discutidas as formas de encaminhamento das reivindicações já enviadas ao governo federal (delegado sindical, fim da legislação repressiva da CLT, controle dos fundos administrados em nome dos trabalhadores, entre outras), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema tem vivido, além disso, uma rotina que já se tornou diária desde janeiro último: trabalhadores vão até lá denunciar novas demissões em massa em suas empresas. No último fim de semana foi a vez da Brastemp, indústria de eletrodomésticos que demitiu oficialmente 900 dos seus 5.600 empregados e admitiu a dispensa de maior número se os estoques permanecerem inalterados. Além disso, a empresa seguindo o estilo inaugurado

pela Volkswagen, obrigou os operários a assinarem uma carta dirigida a ela mesma, onde o funcionário, pressionado "solicita" a transferência de seu horário de trabalho do noturno para o diurno, abrindo mão do adicional noturno, evidentemente.

Quanto à Volks, na reunião realizada na última terça-feira com os ex-diretores do Sindicato e a direção provisória da entidade, não avançou nada em suas propostas de redução da jornada de trabalho. O Sindicato está condicionando a redução da jornada à estabilidade de um ano, com o que não concorda a empresa. Nova reunião será realizada hoje, na sede do Sindicato com o mesmo objetivo.

Sobre este problema, o desemprego, e muitos outros presentes na campanha salarial deste ano, Lula falou ao EM TEMPO.



— Curioso. Na assembleia que nós fizemos, um trabalhador queria que se colocasse em votação prá mim participar das negociações. O que os trabalhadores precisam entender é que não iria acrescentar em nada eu participar das negociações. Em nenhum país do mundo os dirigentes sindicais negociam, quem negocia são profissionais de negociação, existem pessoas formadas e preparadas para negociar.

— Durante a campanha salarial e mesmo na última assembleia realizada em Vila Euclides você situou a questão do desemprego, o mais grave problema enfrentado nos últimos anos pelos trabalhadores do ABC como

resultado de uma crise artificial. Não haveria, de fato, uma crise, provocada por diversos fatores, entre eles, a submissão do Brasil aos ditames recessivos do Fundo Monetário Internacional?

Historicamente as grandes conquistas da classe trabalhadora não se deram nos momentos de retração econômica.

— Eu continuo achando que a crise é uma crise premeditada. É uma crise econômica consentida porque está dentro dos planos econômicos do governo. Não é uma crise que acontece porque acontecia algo de extraordinário

no mundo que a causou. Primeiro que a crise não é do Brasil. Hoje, problemas econômicos sofrem todos os países, principalmente os de regime capitalista. Por outro lado, é necessário se levar em consideração algumas coisas que são primárias até e que nós temos que ver com clareza. Primeiro o fato de que as empresas estão numa briga política com o governo. As empresas até agora ganharam tudo que quiseram do governo, agora elas estão pedindo o que o governo não pode dar. Quando eu digo que as crises são premeditadas é que nesse replanejamento que as empresas estão tendo que fazer, de readaptação à nova realidade

salarial do nosso povo, a realidade do sufoco que a classe média tá passando hoje (porque a classe média que era, em grande parte, responsável pela compra de automóveis, hoje recebendo o salário com 50% de INPC, já não está trocando carro todo ano).

— No fundo o que está em questão hoje é o próprio modelo econômico atual?

— Ai é que entra a grande questão. Quando no ano passado a gente reivindicava e dava ênfase ao sábado livre era exatamente porque todos os países do mundo que chegaram a um nível de desenvolvimento rápido, tiveram que resolver a questão do desemprego, criando alternativas. E qual foi ela? Reduzir a jornada de trabalho para que mais gente pudesse adentrar ao mercado de trabalho. Outro aspecto, resolver a questão da terra para que não houvesse uma mão-de-obra flutuante como existe no Brasil hoje. Eu acho que o governo por mais insensato que seja, ele terá que alterar o seu modelo econômico.

Veja, por exemplo, que nem essa história de pacto que os empresários estão falando. No fundo, no fundo, o que eles propõem para a classe trabalhadora é aceitar o nada. Nós não vamos dar nada prá vocês, então vocês tem que bater palmas porque esse nada é muito mais importante do que se a gente tirasse o pouco que vocês tem.

O que está faltando hoje no movimento sindical é os dirigentes lançarem palavras de ordem para conquistar a classe operária.

— E como a classe trabalhadora poderia, por sua vez, sair desse impasse?

— Eu acho que a classe trabalhadora está precisando de que as lideranças sindicais dêem as palavras de ordem que precisam ser dadas. Porque não adianta ficar nessa de que é preciso organizar, organizar. Ora, não há união entre dirigentes sindicais, entre a classe trabalhadora, há. Porque o trabalhador urbano, o trabalhador rural de Pernambuco ou do Acre sabe que está passando fome. Sabe que precisa ganhar mais, que precisa ter estabilidade no emprego, então é necessário que os dirigentes sindicais dêem palavras de ordem pra poder conquistar a classe operária.

Então o que está faltando é a gente descobrir o que a classe trabalhadora quer que seja reivindicado. Na minha opinião (e eu acho que isso a CONCLAT poderá definir) é que a gente deve ter essa sensibilidade de saber da classe trabalhadora o seguinte: quais seriam as reivindicações que iriam mobilizar os trabalhadores a nível nacional, seja ele do campo ou seja ele da cidade. É necessário saber e ter a sutileza de reivindicar o suficiente, mas que esse suficiente mobilize a classe trabalhadora. É necessário despertar no trabalhador o desejo de brigar por isso e aquilo, porque você não leva ninguém a brigar em cima de coisas que não conhece.